



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSAO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JANEIRO DE 2021

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves  
**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa  
 Elálcio da Marta  
 Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

**Antes da Ordem do Dia.** – Sob proposta do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, aprovou-se a introdução de dois pontos na ordem do dia, votos de pesar pelo passamento físico dos ex-Deputados Florentino Neto e Manuel Carolino.

Procedeu-se à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) desejou bom ano a todos, manifestou a sua surpresa, relativamente ao voto da nova Lei Eleitoral pelo Presidente da República, Evaristo Carvalho.

Em declaração política, o Sr. Deputado Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD) augurou votos de bom ano a todos, felicitou o Governo pelas suas acções e congratulou-se com a Empresa de Água e Electricidade (EMAE), pelo fornecimento da energia eléctrica no período festivo, tendo-se também associado ao Deputado Danilson Cotú, relativamente ao voto eleitoral.

Em declaração política, o Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira (ADI) saudou a todos, com os votos de bom ano e muita saúde, congratulou-se com o voto à nova Lei Eleitoral por Sua Exceléncia o Presidente da República, Evaristo Carvalho, e criticou as acções do Governo.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD) desejou bom ano a todos, apelou às autoridades ao apuramento de responsabilidades, pelo facto de um passageiro viajar de São Tomé e Príncipe para Portugal, com o teste positivo a Covid-19.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) felicitou a todos, com os votos de bom ano, apelou ao Governo ao envio de combustível à Região Autónoma do Príncipe, para fazer face à escassez da gasolina.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Leonilda dos Santos (MLSTP/PSD) apelou ao Governo à adopção de medidas, para o alargamento do horário de funcionamento das áreas de saúde, a nível distrital e apresentou votos de pesar ao Sr. Deputado Esmaiel da Glória, pelo passamento físico da sua mãe.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) associou-se à Sra. Deputada Leonilda Trovoada, quanto ao passamento físico da mãe do Deputado Esmaiel da Glória e ao Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira (ADI), quanto ao voto presidencial à nova Lei Eleitoral, e criticou as acções do Governo.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro (ADI) referiu-se à falta de transportes marítimos para circulação de pessoas e bens entre as Ilhas, questionou o elevado custo de bilhetes de passagem de avião para a Região Autónoma do Príncipe, e afirmou que a Nova Lei Eleitoral foi vetada, porque não garante a estabilidade em São Tomé e Príncipe.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) desejou bom ano a todos, apelou à estabilidade política, ao trabalho e à contribuição de todos para desenvolver o País, e criticou a oposição.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Celmira Sacramento (ADI) desejou a todos um feliz 2021, teceu críticas à situação da saúde no País e à falta de medicamentos essenciais no Hospital Ayres de Menezes, e também abordou a questão do voto presidencial, tendo o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) esclarecido à questão da falta de medicamentos no hospital.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira (ADI) criticou a situação do Sistema da Saúde no País, apelou às autoridades competentes para darem maior atenção ao Hospital Ayres de Menezes e questionou a não autorização pelo Governo da solicitação de visita ao Hospital Central Ayres de Menezes, por parte do seu Grupo Parlamentar.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD) criticou a oposição, referindo-se a taxa sanitária do País, bem como a liberdade de expressão, e abordou a questão da celulite necrotizante.

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Abnaldo d' Oliveira (ADI) chamou atenção para o respeito aos órgãos de soberania, o que mereceu resposta da Mesa.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Maiquel do Espírito Santo (MLSTP/PSD) referiu-se às redes sociais e aos internautas. Apelou a uma mudança da atitude pelos Deputados.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI) desejou bom ano a todos, apelou às autoridades a um maior controlo na venda de explosivos pirotécnicos.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) associou-se aos demais Deputados, quanto à felicitação a todos pelo ano novo, apelou ao Ministro das Finanças a esclarecer a questão de donativos.

Por último, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Maurício Rita (MLSTP/PSD) criticou a oposição.

Foram aprovados os Votos de Pesar n.<sup>º</sup>s 17/XI/5.º/2021 – Pelo Passamento Físico do Sr. Florentino dos Santos Pinheiro Neto e 18/XI/5.º/2021 – Pelo Desaparecimento Físico do Sr. Manuel Gomes Caroline, tendo-se guardado 1 minuto de silêncio em memória dos malogrados. Usaram da palavra o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) e a Sra. Deputada Alda Ramos (ADI).

Por último, foi aprovada a proposta de inclusão do Projecto de Resolução n.<sup>º</sup> 78/XI/5.º/2021 – Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Eventual para analisar e apreciar todas as Contas Gerais do Estado (CGE) pendentes, bem como os Relatórios e Pareceres do Tribunal de Contas na ordem do dia.

**Ordem do Dia.** – O Plenário aprovou, na generalidade, especificidade e em votação final global, a Proposta de Resolução n.<sup>º</sup> 42/XI/5.º/2020 – Pedido de Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência no Porto de São Tomé do Navio da Marinha Francesa «CDT BIROT».

Foi retirado, pelo representante dos proponentes, Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), o Projecto de Lei n.<sup>º</sup> 29/XI/5.º/2020 – Atribuição Excepcional de Competências ao Presidente Interino do Tribunal de Contas.

Após apresentação do parecer, procedeu-se à aprovação da proposta de lei n.<sup>º</sup> 21/XI/5.º/2020 – Lei sobre Garantias Mobiliárias. Intervieram, além da Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Carlos Pinheiro (ADI), Maurício Rita (MLSTP/PSD), Mário Rainho (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD) e Arlindo Ramos (ADI).

Procedeu à aprovação, na generalidade, especificidade e em votação final global, do Projecto de Resolução n.<sup>º</sup> 77/XI/5.º/21 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2021. Intervieram, além do Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, Mário Rainho (ADI), que apresentou o projecto, os Srs. Deputados Arlindo Ramos (ADI), Rui Tavares (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Maiquel do Espírito Santo (MLSTP/PSD) e Beatriz Azevedo (MCI).

Foi retirada, pelo representante dos proponentes, Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), a Proposta de Lei n.<sup>º</sup> 18/XI/5.º/21 – Nova Lei da Televisão.

Por último, aprovou-se, na generalidade, especificidade e em votação final global, o Projecto de Resolução n.<sup>º</sup> 78/XI/5.º/2021 – Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Eventual para analisar e apreciar todas as Contas Gerais do Estado (CGE) pendentes, bem como os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**Anaydi dos Prazeres Ferreira**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Carlos Vila Nova**

**Celmira de Almeida Sacramento**

**Esmail da Glória do Espírito Santo**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Joaquim Salvador Afonso**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**José da Graça Diogo**

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Paulo Jorge Carvalho**

**Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas**

**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

**Silvestre Moreno Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adelino Cruz José da Costa**

**Adilson dos Reis Vaz**

**Ana Isabel Meira Rita**

**António das Neves Sacramento Barros**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Ayza Fortes da Silva**

**Danilo das Neves dos Santos**

**Elálcio Afonso da Marta**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**Iazalde Lopes do Sacramento Rita**

**Jaime Pires Sequeira de Menezes**

**José Rui Tavares Cardoso**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Ketty-Keyla Neto da Silva Borges**

**Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Maria das Neves Ceita Batista de Sousa**

**Maurício Vera Cruz Afonso Rita**

**Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva**

**Paula Maria Fonseca Tavares**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente de Assunção Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Felisberto Fernandes Afonso**

**Jamiel Joana Segunda**  
Movimento de Cidadãos Independentes  
**António dos Reis Faleiro**  
**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos, Sras. e Srs. Deputados, Caros Directores e Técnicos dos Serviços da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Serviço de Segurança, bom dia.

Gostaria, nesta que é a primeira sessão do trabalho do ano 2021, de desejar a todos boas vindas e um próspero Ano Novo de 2021, com muita saúde e felicidades, para todos e as suas excelentíssimas famílias.

Peço ao Sr. Secretário para fazer a apresentação da ordem dos trabalhos para esta sessão plenária.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, equipa da Comunicação Social, gostaria de desejar a todos um bom dia e bom Ano Novo.

De acordo com a deliberação, nos termos do Regimento, a Conferência deliberou e fixou uma agenda de cinco pontos para a reunião plenária de hoje, onde constam os seguintes pontos da ordem do dia, após o período prévio à ordem do dia, nos termos regimentais, artigo 83.º do Regimento da Assembleia Nacional:

1. Discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 42 – Assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República autorize a entrada e permanência no Porto de São Tomé do navio da Marinha Francesa CDT, no período de 30 de Dezembro de 2020 a 2 de Janeiro de 2021.
2. Discussão, na generalidade, do Projecto de Lei n.º 29 – Atribuição Excepcional de Competências ao Presidente Interino do Tribunal de Contas.
3. Discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 21 – Lei sobre as Garantias Mobiliárias.
4. Votação, na generalidade, especialidade e final global, do projecto de resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2021.
5. Votação final global da Proposta de Lei n.º 18 – Nova Lei da Televisão.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação da ordem dos trabalhos, vamos iniciar com o período antes da ordem do dia.

A Mesa recebeu pedido dos três grupos parlamentares para proferirem as declarações políticas, a seguir assuntos relevantes de interesse nacional e, por fim, alguns expedientes que vão ser também anunciados pela Mesa, se calhar, na primeira ordem.

Não sei se há proposta ou pedido de intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, saudações a todos e um bom ano.

O meu Grupo Parlamentar pede autorização para introduzir na agenda de hoje e votação de dois votos de pesar, em memória de dois ex-deputados desta Casa, nomeadamente, o Sr. Florentino Neto e o Sr. Manuel Gomes Carolino.

O Sr. **Presidente**: — Com a introdução de mais dois pontos no período prévio à ordem do dia, teremos, neste caso, leitura dos expedientes feitos pela Mesa, de seguida, declarações políticas, terceiro, assuntos políticos de interesse relevantes, quarto, os votos de pesar aqui proposto pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Alguma objecção?

Não sendo o caso, o pedido está aceite.

De seguida, vamos pedir ao Sr. Secretário que faça a leitura dos expedientes efectuados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Com a permissão de Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, passo à leitura do expediente dado pela Mesa da Assembleia, recentemente, ou seja, o período compreendido da última sessão plenária até hoje.

Relativamente às iniciativas dos Deputados e dos grupos parlamentares, temos dois expedientes, nomeadamente, um pedido assinado pela Presidente da Comissão Eventual que foi criada pelo Plenário, a Sra. Deputada Cristina Maria Fernandes Dias, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da referida Comissão. O prazo já tinha sido estabelecido na última plenária, penso que os trabalhos não concluíram, por isso a Comissão pede a prorrogação do prazo. Para isso, depois teremos uma resolução que deverá ser aprovada também pelo Plenário. Não consta na ordem do dia, mas a Mesa irá propor que

este assunto seja aprovado ainda hoje, porque a sessão seguinte será do OGE e não é possível a inclusão deste ponto.

De igual modo, os votos de pesar propostos pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Ainda iniciativa dos Deputados, ou seja, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, uma carta dirigida ao Presidente, que solicita a suspensão do debate de urgência que tinha solicitado sobre os Sectores da Saúde e da Justiça. Também fizemos chegar ao conhecimento dos Srs. Deputados o quanto antes e aos digníssimos Líderes Parlamentares.

Do Governo, recebemos também um pedido de autorização para a entrada do Navio da Marinha Francesa, que está agendado para a reunião de hoje, numa carta do Governo através do Ministro dos Assuntos Parlamentares, datada de 23 de Dezembro.

Por último, da parte de Sua Excelência o Presidente da República, também uma carta dirigida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional sobre o Veto à Nova Lei Eleitoral, datada de 30 de Dezembro de 2020 e dado entrada na Assembleia, em 5 de Janeiro de 2021, a qual, com a vossa permissão, passaria a ler.

«Veto à Nova Lei Eleitoral.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Palácio dos Congressos, São Tomé.

Assunto: Veto à Nova Lei Eleitoral.

Excelência, desde o momento da sua apresentação, passando pela discussão e aprovação, foram suscitadas controvérsias que demonstraram claramente que a mesma não reúne consenso satisfatório no seio das nossas comunidades, dentro e fora do País.

Não se pode descurar que as leis eleitorais brigam com direitos e liberdades e as respectivas garantias que são fundamentais para a estabilidade do Estado de Direito, nem tão pouco descurar o momento em que é apresentada a respectiva iniciativa de revisão. Ninguém ignora, pois, que nos encontramos a escassos meses da eleição do novo Presidente da República, e num período bastante crítico da nossa história, com a crise pandémica que ainda não revelou todos os seus efeitos sobre a nossa economia e a nossa sociedade.

Num passado não tão longínquo, uma tentativa de revisão semelhante foi objecto de rejeição presidencial, por ter sido detectado nela normas inconstitucionais e que nesta data continuam a suscitar desentendimentos graves.

Acresce ainda que nessa nova lei exclui-se, por exemplo, a conformação da vontade política do legislador constitucional, ao afastar a possibilidade de cidadãos concorrerem às eleições, sem estarem filiados num partido político, o que naturalmente representa um retrocesso na forma de expressão da vontade popular.

Não pode o Presidente da República, através de uma eventual promulgação, sobretudo sendo o principal garante da Constituição, dar o seu aval a um texto com o qual não está em total harmonia, mormente no que respeita aos limites ao exercício de direitos civis e políticos de forma livre.

Assim, até que seja possível uma reforma integral, reclamada por todos os quadrantes da sociedade, incluindo quase todo o universo da classe política nacional, e dado o imperativo de se cumprir o calendário eleitoral previsto já no novo ano de 2021, recuso a promulgação da Lei Eleitoral, estando, obviamente, reservada à Assembleia Nacional a faculdade de reapreciar o texto submetido à promulgação.

Com os meus melhores cumprimentos e alta consideração.

São Tomé, 30 de Dezembro de 2020.

O Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho.»

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados foram estes expedientes que deram entrada, como já fiz referência, da última plenária até agora.

Na base do voto presidência e na carta dirigida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia também houve uma resposta da parte do Sr. Presidente da Assembleia, que passo a ler.

«Carta Resposta do Presidente da Assembleia ao Presidente da República.

Sua Excelência Senhor Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Assunto: Veto à Nova Lei Eleitoral.

Excelência, acuso a recepção da sua carta, datada de 30 de Dezembro de 2020, com referência ao voto à Nova Lei Eleitoral, bem como a remessa das demais Leis que compõem o pacote legislativo eleitoral.

Não tendo sido devidamente explícito e de forma clara e inequívoca a dúvida de Vossa Excelência sobre as normas ou articulados que concorrem para a sua decisão;

Entretanto, Vossa Excelência reservou à Assembleia Nacional a faculdade de reapreciar o texto submetido à promulgação;

Assim sendo, venho respeitosamente requerer de si o devido esclarecimento acerca do conteúdo material do voto.

Por outro lado, tratando-se de diferentes leis do pacote legislativo eleitoral, ocorre que Vossa Excelência não teceu quaisquer comentários específicos sobre os seguintes diplomas:

Lei de Direito de Sufrágio e de Recenseamento Eleitoral,

Lei-Quadro e Eleitoral das Autarquias Locais,

Lei da Comissão Eleitoral;

Lei do Gabinete Técnico Eleitoral; e

Lei dos Partidos Políticos.

Assim sendo, aproveito a oportunidade para solicitar a sua indulgência, no sentido de se pronunciar a respeito das mesmas, pelo que se junta os referidos diplomas.

Outrossim, Vossa Excelência não poderá ignorar que, ao manter-se a actual decisão, tal tornará impossível o direito de participação no processo eleitoral dos cidadãos são-tomenses residentes na diáspora.

Sem outro assunto de momento, creia-me, Excelência, com a mais alta consideração e estima.

São Tomé, 5 de Janeiro de 2021.

O Presidente, Delfim Santiago das Neves.»

**O Sr. Presidente:** — Feita a leitura dos expedientes realizados pela Mesa, passemos de imediato às declarações políticas.

Com efeito, convido o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD para proferir a sua declaração.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos seguem, bom dia.

Antes de começar a minha intervenção, gostaria de aproveitar e porque se trata da primeira reunião plenária nesta Casa Parlamentar, logo após o início do novo ano, para saudar a todo o povo de São Tomé e Príncipe, saudar as famílias são-tomenses, todos os estrangeiros que por razões outras escolheram residir e estar em São Tomé e Príncipe, desejando bom ano de 2021 a todas e todos, augurar sucessos, saúde e êxito.

A Coligação PCD/MDFM-UDD, na qualidade de proponente do conhecido pacote eleitoral, tomou, com alguma surpresa, conhecimento da decisão de Sua Excelência o Presidente da República em vetar o projecto que lhe foi submetido, de acordo com a Constituição, para a promulgação.

Até ao momento, não conseguimos entender, porque a comunicação do Sr. Presidente da República não aponta, quais são as normas, quais são os articulados no projecto que ferrem a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Dissemos aqui, no dia em que aprovámos a versão final global, que, e tal como todos os são-tomense que tiveram o privilégio de acompanhar, todas as normas, todos os articulados que foram apontados como inconstitucionais foram expurgados, ou seja, mudamos tudo para deixar o que seria a nova lei em harmonia com a Constituição da nossa República.

Entretanto, datado de 30 de Dezembro, veio o veto do Presidente da República.

No nosso entender, Sua Excelência o Presidente da República não vetou apenas o Projecto da Nova Lei Eleitoral, vetou acima de qualquer coisa a consagração do direito aos são-tomenses residentes na diáspora de terem alguma representação parlamentar, de terem um espaço para poderem falar dos seus problemas, defender conjuntamente connosco os seus direitos e buscarem soluções para esse povo que é um terço (1/3) da população residente nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Estamos a falar em cerca de 70 000 pessoas.

Ao retirar-lhes esse direito, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da República, estamos em crer, não respeitou o desejo da maioria dos Deputados desta augusta Assembleia, porque todos sabemos que a versão final global foi aprovada com 29 Deputados desta Casa Parlamentar, inclusive, com um voto favorável do Grupo Parlamentar do ADI.

*Murmúrios do ADI.*

Sras. e Srs. Deputados, prestemos atenção à parte da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, onde fala da necessidade de se abrir o espaço, apontando que a Coligação cria bloqueios à participação da sociedade civil na vida política. Não é verdade!

Respeitando a Constituição, entendemos que grupos de cidadãos têm espaço para concorrer nas eleições autárquicas e regionais, de acordo com a própria Constituição, porque, Sras. e Srs. Deputados, sei que todo mundo aqui lê a Constituição, estuda as normas e, se prestar atenção ao teor do artigo 63.º e ao teor das alíneas e) e g) do artigo 81.º da nossa Constituição, o legislador aponta para os partidos políticos. Em momento algum o legislador faz menção a grupo de cidadãos, em termos de eleições legislativas. Portanto, estamos tranquilos, sabemos que não fizemos nada que possa ferir o pressuposto constitucional.

Entretanto, gostaríamos de dizer claramente a todas as Sras. e Srs. Deputados um aspecto bastante importante: na Nova Lei Eleitoral, não colocamos nenhum articulado que impeça ou favoreça seja qual for o candidato às eleições presidenciais. Nenhum artigo, nenhuma alínea do Projecto da Nova Lei Eleitoral cria espaço para impedir ou favorecer seja qual for o candidato.

Gostaríamos de chamar atenção a toda a população são-tomense para terem em conta que as condições para se candidatar a eleições presidenciais estão plasmadas na nossa Constituição, no n.º 2 do artigo 78.º, de forma clara. Na Lei Eleitoral, não houve nada que fosse ou que vá contra este princípio constitucional. Gostaria de repetir e deixar claro.

Não colocamos ali nada, absolutamente nada com o intuito de favorecer ou de impedir seja quem for a ser candidato às eleições presidenciais. Sugerimos, neste caso, que apontem e que leiam ou que estudem o que está claramente disposto no n.º 2 do artigo 78.º da nossa lei mãe.

O que fizemos, claro está, para além de outros aspectos, foi clarificar o conceito de residência permanente, socorrendo neste caso, como disse da outra vez, a doutrina. Fomos buscar exemplos claros, práticos e notórios daquilo que foi o teor do acórdão do Tribunal Constitucional português, vários acórdãos, e todos apontaram o conceito de residência permanente do mesmo jeito.

Não inventamos nada, socorremo-nos de uma perspectiva jurídica defendida por outros que, na nossa óptica, também entendem bastante bem de Direito.

Quanto à questão do voto presidencial, nós da Coligação PCD/MDFM-UDD entendemos que devemos continuar serenos, calmos, vamos aguardar a reacção do Sr. Presidente da República à missiva do Presidente da Assembleia Nacional e, em função disso, iremos agir de forma consequente, em respeito à Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe e em respeito ao Regimento da Assembleia Nacional.

Muito obrigado a todos.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

**O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Técnicos, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Auguramos que 2021 seja de sucesso, paz e saúde para todos os são-tomenses e extensivo aos estrangeiros que escolheram São Tomé e Príncipe como a sua outra pátria. Um bom ano a todos.

Felicitamos o Governo pelo esforço, empenho, dedicação e abertura. De facto, não temos memória de uma quadra festiva sem percalços energéticos, sem corte de energia por período superiores a hora e de forma repetitiva. Tivemos energia permanentemente e esperamos que assim continue.

Temos notado uma melhoria significativa no fornecimento de energia às nossas populações. Os menos de 10 MW de 2018 contrastam com os mais de 20 MW de hoje.

Tem sido priorizado a planificação e controlo de forma antecipada e o resultado não poderia ser outro. Nesta quadra festiva, o apagão permanente e de várias horas não foi convidado à mesa. Parabéns à EMAE, parabéns ao Governo, parabéns a São Tomé e Príncipe.

Entretanto, não podemos estar tranquilos, precisamos de acentuar e incentivar a transição energética, conforme plasmado no Programa do Governo. Sabemos que a energia térmica tem sempre colado a si muita fragilidade. A possibilidade de situações anómalas, avarias que de repente podem interromper o fornecimento de energia não podem ser descuradas.

O custo da energia térmica, bem como a possibilidade sempre latente da queda dos geradores nos obriga a pensar na transição, pelo que apelamos ao Governo a acelerar a implementação da transição da energia térmica para energias limpas, renováveis.

Concluindo, a transição energética, reduzindo o custo de produção, consequentemente o preço da nossa energia sofrerá redução significativa com impacto directo no orçamento familiar de cada um de nós, de cada um dos cidadãos, pois ficará mais barata.

Aprovamos recentemente, nesta Casa de leis, o pacote eleitoral e, em tempo, foi remetido a Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Esse pacote eleitoral encerra em si vários ganhos e incomensuráveis já largamente divulgados e que aqui destacamos alguns: a consagração à diáspora do direito de eleger e ser eleito nas eleições legislativas, com a criação de círculos eleitorais de África e Europa, cada um para um mandato, bem como a protecção do género (mulher) com a consagração de 30% nos lugares ilegíveis das listas de candidatura, cabendo ao Tribunal Constitucional a sua verificação.

No entanto, Sua Excelência o Sr. Presidente da República, na carta endereçada ao Presidente da Assembleia Nacional, comunicou a recusa de promulgação da Nova Lei Eleitoral e, entretanto, devolvendo todas as outras leis, nomeadamente: Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral, Lei-Quadro das Autarquias Locais, Lei da Comissão Eleitoral, Lei do Gabinete Técnico Eleitoral e Lei dos Partidos Políticos.

Trata-se de um direito constitucional do Presidente da República, promulgar ou vetar. Sendo recusada a promulgação da Nova Lei Eleitoral, a possibilidade de a nossa diáspora participar nas eleições legislativas e a aproximação da tão ansiosa e reclamada Lei da Zebra continuarão a ser uma miragem, independentemente da promessa eleitoral feita por todos os partidos do arco da governação, bem como vários candidatos presidenciais. Precisamos e devemos acarinar a nossa diáspora e as nossas mulheres. Será que a diáspora não poderá participar activamente nas eleições legislativas?

Será que não podemos promover a participação das mulheres na vida política?

Deixamos para reflexão.

A carta do Presidente da Assembleia remetida ao Presidente da República, solicitando clarificações sobre o âmbito do voto nos ajudará a definir o caminho a seguir.

Alertamos que o debate na especialidade do pacote eleitoral, transmitido em directo através das redes sociais, um acto inédito na nossa democracia, contou com a participação activa da nossa diáspora, dos diversos cidadãos, da sociedade civil organizada e não só, tendo sido remetido à 1.ª Comissão Especializada e Permanente da Assembleia Nacional diversas contribuições por escrito e presenciais, bem como, em tempo real, *online* e que uma boa parte foi assumida pelos Deputados e convertidas em propostas que introduziram melhorias significativas nos nossos documentos, como se poderá provar nos nossos arquivos.

Agradecimento especial aos Deputados do Grupo Parlamentar do ADI que participaram activamente nos debates, com muitas propostas, introduzindo melhorias significativas, não obstante as reservas iniciais.

Portanto, concluímos que as novas leis do pacote eleitoral contaram e beneficiaram de colaboração e apoios de diversos quadrantes políticos, sociais e culturais de São Tomé e Príncipe.

A nossa cidade. Que cidadão não se alegra com o rosto da nossa cidade? Está ou não linda? Há quantos anos não temos quase todos os troços da capital transitável?

Dos poucos que ainda faltam, lá chegaremos. Brevemente a nossa capital estará completamente transitável.

Entretanto, alertamos ao Governo para que, com o poder local, se possa articular melhor na recolha do lixo. É urgente ganharmos o combate do lixo.

Durante a campanha eleitoral o Governo fez promessas e está a cumprir. O Governo baixou o preço das matrículas, sim, baixou; baixou o preço do Bilhete de Identidade, sim, baixou; baixou o preço do passe escolar, sim, baixou e, recentemente, baixou o preço do passaporte.

Exortamos o Governo para continuar a reduzir os custos com maior organização e melhorar a vida de todos. A instalação em quase todos os centros de maior aglomerado populacional, dos serviços de Registos e Notariados, evitando que os cidadãos tenham que se deslocar para a capital, quando queiram tratar dos seus documentos individuais e não só, poupando os seus parcos recursos, é um outro grande ganho.

A seu tempo, o Governo está a desafogar os bolsos dos nossos cidadãos e exortamos para que continue na mesma linha.

O mundo está em contramão com a Covid-19 a impor as suas regras. Temos que tirar e com celeridade todas as lições e ensinamentos.

O relativo controlo da situação no nosso país em relação à Covid-19 nos obriga a manter-nos vigilantes, reforçando as medidas, evitando assim situações menos agradáveis.

O Governo deverá concentrar-se também suas acções na melhoria do Sector da Saúde. A remodelação ou construção do hospital urge, bem como uma melhor planificação e coordenação no fornecimento dos medicamentos e reagentes.

Não poderíamos deixar de enaltecer os sucessos na área da política externa, de uma forma geral, com particular incidência nos acordos de isenção de vistos alcançados com Cabo Verde e Angola. Estamos esperançosos que outros se seguirão.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD espera do Governo mais acção e mais e melhores resultados. A nova maioria continua pronta para avaliar e colaborar em tudo o que for necessário.

O Governo pode contar connosco!

São Tomé e Príncipe pode contar connosco!

Bem-haja a todos!

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, companheiro Delfim Santiago das Neves, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Caras e Caros são-tomenses.

Em nome do meu Grupo Parlamentar e do meu Partido ADI, por este meio, expresso a todas e todos os são-tomenses, no País e na diáspora, bem como os cidadãos residentes, voto de um feliz ano novo, sobretudo com muita saúde.

De igual modo, em nome do Grupo Parlamentar do ADI e do meu Partido ADI, quero saudar Sua Excelência Sr. Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo de Carvalho, pela sua decisão, que recaiu no veto à Nova Lei Eleitoral.

*Aplausos do ADI.*

A esse propósito, tendo devolvido à Assembleia Nacional a lei vetada, e para que não reste dúvidas, cabe à Assembleia Nacional, através dos seus Deputados, reapreciar o diploma e submeter à votação.

É um assunto de Estado e não há outras lágrimas a cair.

Com ou sem alterações, para voltar às mãos do Presidente, se assim a Assembleia entender, cumprindo os articulados do Regimento da Assembleia Nacional, particularmente a tramitação que é explícita aqui às Sras. e Srs. Deputados, nos artigos: 171.<sup>º</sup>, 172.<sup>º</sup>, 173.<sup>º</sup>, 174.<sup>º</sup> e 175.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

Com esse acto do Presidente da República do voto, no nosso entendimento, não inviabiliza nenhum processo eleitoral. Temos uma lei eleitoral em vigor, não há vazio. Não obstante a necessidade da sua revisão, tem servido para a realização das sucessivas eleições. Logo, nenhuma justificação e nenhum expediente pode ser feito ou admitido para o adiamento das eleições presidenciais previstas para este ano. Dito de outra forma, há rumores de uma pretensão da nova maioria, não de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para o adiamento das eleições presidenciais deste ano, o que o ADI vem, desde já, alertar a todas e todos os sãotomenses, a comunidade internacional, dessa intenção e dizer que não concordamos.

Sendo nós membros de uma mesma comunidade e se os autores políticos estão realmente imbuídos de boa-fé, de grande vontade e do mesmo espírito de colocar os interesses do povo e da Nação acima de qualquer agenda pessoal ou interesse político partidário, devemos encontrar a base de convergência, particularmente em assuntos como a reforma da Justiça, a defesa e segurança, a revisão constitucional, a solução urgente para o Sector da Saúde e um plano de recuperação económica.

É dever de todos que proferem o juramento de defender a Constituição e as leis promover o progresso económico, cultural e social do povo sãotomense, encontrarmos mecanismos para que o juramento, no acto de posse, não fique numa mera citação sem convicção.

É dever de todos os partidos políticos, na assunção de princípios e interesses do Estado, dialogarem entre si e porem-se de acordo em matérias fundamentais do Estado.

É obrigação do ADI, enquanto maior partido do País, com mandato conferido pelo povo, pela confiança e esperança depositada em nós, assumirmos as nossas responsabilidades, enquanto maior partido da Nação e enquanto maior partido na oposição.

O povo anseia por um ADI a assumir a sua responsabilidade e a sua posição.

O povo quer ouvir as propostas do ADI e a sua alternativa, e o ADI responde ao povo sãotomense que tem proposta alternativa, e o ADI responde aos sãotomenses, no País e na diáspora que o País precisa de uma revisão constitucional; o País precisa de um Sector da Saúde que seja realmente visto e eleito como uma das prioridades; o País precisa de uma reforma urgente da Justiça.

Nesse sentido, anuncio que a Direcção do ADI, na busca de convergência para solucionar este e outros assuntos do Estado, ainda hoje endereçará uma carta a solicitar encontro com todos os partidos políticos, com ou sem assento parlamentar, bem como toda a sociedade civil, para um encontro de diálogo.

#### *Aplausos do ADI.*

Partindo do princípio que todos estamos imbuídos de boa-fé e na busca de solução para os problemas que o povo e a Nação se confronta, acreditamos que podemos sentar na mesma mesa e discutirmos o País. De costas viradas o País não avança, com medidas paliativas o País não arranca, apenas de propaganda política não há inovação! É preciso inovar, é preciso todos ganharmos consciência disso, e a realização das eleições presidenciais deste ano não pode ser motivo de desculpas para que os partidos e actores políticos não se sentem à mesma mesa.

Nesta minha curta intervenção, em nome do Grupo Parlamentar e do ADI, não posso deixar de falar um pouco sobre o Sector da Saúde. No congresso do ADI, realizado a 3 de Outubro, um alto dirigente do meu partido interpelou a Nação para a necessidade urgente de olharmos para os problemas no Sector da Saúde e encontrar solução urgente.

Na sequência dessa intervenção, na primeira reunião plenária desta sessão, na nossa declaração política, pedimos que o Estado declarasse a Saúde como um dos sectores prioritários, senão prioridade das prioridades. Não sentimos o eco desse pedido, não sentimos do Governo uma reacção e, na proposta do OGE que iremos iniciar a discussão amanhã, não vemos sinais claros de resposta ao grito do Sector da Saúde. É urgente encarrar a situação como muito má e canalizar esforços para melhorias.

Todos somos unâimes em dizer que, com essa saúde não há esperança, não há segurança, quer dos pacientes, quer dos profissionais da Saúde. Com essa saúde não há um bom ambiente de trabalho para os profissionais de Saúde, não motivação dos médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, não há turista, nem turismo sustentado. Não havendo turismo sustentado, não há crescimento económico robusto. Não tendo o crescimento económico robusto não há disponibilidade financeira suficiente para atender os problemas sociais.

Não entendemos, ainda hoje, porque razão não se iniciaram as obras de requalificação do Hospital Central Dr. Ayres de Menezes, com 17 milhões de dólares disponíveis do Fundo do Koweit. Não compreendemos, não há justificação, o povo não aguenta mais sofrer.

Os profissionais da Saúde, particularmente no Hospital Central, não têm conforto, não têm um bom ambiente de trabalho, não têm equipamentos para poderem dar melhor de si. Associado a roturas de medicamentos e consumíveis, a situação é lamentável, é frustrante e é preciso agir. É urgente canalizarmos esforços para salvarmos o Sector da Saúde.

Muito obrigado.

*Aplauso do ADI.*

O Sr. Presidente: — Concluído o período das declarações políticas, passemos de imediato a intervenções sobre assuntos relevantes de interesse nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Ministro, Caros Colegas Deputados, Funcionários da Assembleia Nacional, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Gostaria de associar a minha voz a dos demais colegas que me antecederam, desejando um bom ano, saúde, paz e que tudo corra pelo melhor.

Sr. Presidente, venho aqui devido a uma notícia radiofundida pelas antenas da RDP-África, referente a um passageiro com destino a Londres que foi barrado em Portugal, portador do teste positivo da Covid. A minha preocupação e de demais pessoas é porque se nos põe um problema muito preocupante. Este fluxo de emigrantes e imigrantes, quer dizer, entrada e saída de passageiros, começa a ser perigoso para as autoridades. Como é possível essa passagem, tendo em conta que é rigorosamente exigível o teste, se o passageiro é portador de um teste positivo ou negativo?

Ora, nós temos uma população muito reduzida e, se isso já começa a acontecer, as autoridades aeroportuárias deverão explicar como é que foi feita essa passagem. Eis a razão porque pedimos ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Governo, para averiguar com profundidade e clareza essa questão, porque isto é uma falha que pode pôr em causa, além de multa às pessoas, a cooperação existente entre nós e os demais países. E nós sabemos que a nossa maior porta de entrada e saída é Portugal. E muitos outros passageiros que estavam no mesmo avião começaram a ficar apreensivos quanto a essa situação. E se repararem, ontem, Portugal apontou um número muito elevado de pessoas com o teste da Covid.

Portanto, a minha questão era para que as autoridades possam redobrar os esforços, para pôr estanque a essa situação.

O Sr. Presidente: — De seguida, tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Espero que todos tenham um bom ano, que 2021 seja melhor para todos e que dentre as coisas que desejamos como melhoria, que o principal seja o fim da pandemia Covid-19.

Sr. Ministro, eu tomo a palavra neste período de assuntos relevantes, enquanto Deputado eleito no Príncipe, representante do povo de São Tomé e Príncipe, mas, como sabe, eleito lá, e com um poucochinho de responsabilidade com aquele povo, porque também vivo lá, para chamar atenção e pedir a colaboração do Governo, no sentido deste resolver algumas questões. Neste momento, o Príncipe tem uma crise de combustível. Eu começo por pedir ao Sr. Ministro para fazer uma diligência, se possível agora, eu tenho estado a seguir isso passo a passo, há dois navios neste momento a carregarem combustível para a EMAE no Príncipe, mas informações que eu tenho é que esses navios precisam chegar amanhã à Região Autónoma do Príncipe, sob pena de o Príncipe entrar na escuridão. Por isso, eu peço ao Sr. Ministro, para, junto aos serviços afectos a essa área, certificar se está tudo pronto, se o navio sai mesmo, se não haverá atraso, porque o navio não pode atrasar, o combustível tem que chegar amanhã, no Príncipe, para a EMAE. Tem que chegar amanhã, é uma obrigação!

Por outro lado, Sr. Ministro, no que toca ainda ao combustível, falei de combustível para a EMAE, agora vou falar do combustível comercial. Não há gasolina no Príncipe. E a gasolina, no Príncipe, faz tudo andar, faz parar tudo. Os pescadores estão parados, os motoqueiros estão parados, os serradores estão parados. O que é que se passa com a situação da gasolina? Há alguns meses, surgiu um navio chamado Rebocador, que fazia com regularidade essa ligação e garantia sempre o abastecimento, mas há um problema, que não tem nada a ver com ninguém, é um problema entre os donos e gestores, e neste momento o navio está parado e não vai para o Príncipe, por isso é que o Príncipe está sem gasolina.

Portanto, para chamar o Governo atenção também para encontrar uma solução mais rapidamente possível para que se consiga abastecer a bomba, no Príncipe, com gasolina.

Portanto, eram essas as preocupações para este período.

Muito obrigado pela atenção de todos e continuação de um bom dia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Leonilda Trovoada.

A Sra. **Leonilda Trovoada** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, venho levantar uma questão que se prende com a saúde. Como é do conhecimento de todos, sem a saúde nós não podemos exercer nada. Temos constatado que as áreas de serviço encerram às 13

horas, em todas as áreas de saúde, o que tem complicado muito a saúde. Por isso, quero solicitar ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que interceda nesse assunto, porque é muito incômodo a área de serviço fechar às 13 horas.

Ontem, socorremos uma pessoa para a área de serviço de Cantagalo, quando chegámos, estava totalmente fechado. Pelo menos que um grupo trabalhe de manhã e outro à tarde, caso não haja dinheiro para pagar toda gente horas extras. Pelo menos 16 ou 17 horas. 13 horas não facilita.

Ao terminar, quero apresentar os nossos votos de pesar ao Deputado do Grupo Parlamentar do ADI, Esmaiel da Glória, pelo falecimento da sua mãe.

*Aplausos do MLTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria, já agora, de juntar a minha voz à da Deputada do MLTP/PSD, para apresentar as minhas condolências ao companheiro Esmaiel, pelo falecimento da sua mãe.

Posto isso, gostaria, já agora, de dizer que não gostaria de entrar na demanda dos outros, mas, se nós notarmos bem, houve aqui de facto informações que nos foram passadas de que a situação no País está tudo muito bem, mas em contraponto houve também aqui informações de que afinal a situação não está nada bem. Falou-se da questão da Região Autónoma do Príncipe, com a falta de combustível, falou-se da saúde, um conjunto de situações. Falou-se de fuga de responsabilidades, o que tem a ver com a questão que ocorreu, o passageiro que saiu de São Tomé com destino a Portugal, com trânsito a Londres, com o teste positivo da Covid-19. Quer dizer que de facto afinal a coisa não está bem, e é bom que a gente tome consciência de que a coisa não está bem.

Eu vim cá, Sr. Presidente, para falar de pelo menos três assuntos, o primeiro tem a ver com o veto presidencial ao novo pacote eleitoral. Eu gostaria de dizer que o Sr. Presidente da República esteve muito bem, admira-me muito que algumas pessoas dizem que não entendem ou não entenderam a explicação do Presidente para vetar o diploma ou o pacote. Eu acho que a explicação está mais do que clara, no entanto, é normal. Se as pessoas dizem que não entendem, a culpa não pode ser do Presidente da República, penso eu. Mas quero dizer que o Presidente nunca esteve tão bem. O Presidente vetou e fez muito bem.

*Aplausos do ADI.*

Recordo que, numa das intervenções cá havidas, eu pessoalmente disse que, sendo um pacote eleitoral, deve haver o envolvimento de todos. De todos mesmo, sem exceção! Todos os autores políticos devem engajar-se, devem envolver-se no processo. A sociedade civil deve envolver-se no processo. Disse isso aqui e o Presidente está a acompanhar. O Presidente não está fora de São Tomé e Príncipe, está no País, está a acompanhar todo o processo, e sabe que, de facto, não houve o tal envolvimento de todos os autores políticos. Trata-se do pacote eleitoral, não é um documento para servir apenas um ou outro grupo. É um pacote eleitoral para nos servir a todos. Logo, deve haver o envolvimento de todos.

Por isso, gostaria, mais uma vez, de dizer que o Presidente esteve muito bem! Recomenda-se.

Relativamente ao caso do passageiro que conseguiu viajar, eu também vim colocar esta questão aqui, para fazer referência, eu lamento muito a situação, porque de facto isso põe em risco a saúde de centena de pessoas que também viajaram naquele dia, mas dizer ao Governo e às autoridades nacionais que é preciso que haja um inquérito para apurar responsabilidades. Numa altura em que nós estamos a pedir que a nível da CPLP haja livre circulação de pessoas, nós estamos a dar esses sinais de irresponsabilidade?! Daí que eu acho muito grave, porque se trata da imagem do País. A imagem do País não belisca apenas um grupo, quem está a governar ou que está na oposição. Afeta-nos a todos. Quer quem está a governar, quer quem está na oposição, e não só. Por isso é que nós não podemos brincar com a imagem do País.

Acho que a actual velha ou nova maioria, não sei, está a governar, tem heranças também de coisas boas, embora contrariem, mas tem também heranças de coisas boas. Uma delas é a imagem do País, que nós precisamos, de facto, de preservar. E com esses sinais é extremamente grave conseguirmos esses nossos objectivos que são, volto a dizer, questão da livre circulação de pessoas e bens a nível da Comunidade CPLP. Nós precisamos de dar outros sinais.

Outra questão tem a ver com a saúde. Eu gostaria de dizer às pessoas também que nós não temos memória, como dizia o outro, nunca o País transitou o ano com a situação da saúde tão grave. A situação da saúde está tão grave que os próprios técnicos da Saúde vêm reclamar, vêm pedir socorro. Eu acho que o grito, alarme, socorro, SOS vem dos próprios técnicos da Saúde. Começou com o Director do Hospital Dr. Ayres de Menezes, que no Conselho de Ministros, ou seja, na primatura, fez a radiografia da situação. A seguir vêm os técnicos da Saúde reclamar que a situação está péssima, mas muito péssima. Daí que eu acho que nunca transitamos o anona situação em que nos encontramos, em que não há medicamentos essenciais nos centros de Saúde. E já dizia o outro, é verdade, que a situação é de facto gritante, que nós precisamos de fazer alguma coisa para salvar a situação. Notam bem que são os próprios técnicos da

Saúde que estão a vir com SOS. Não se trata da oposição, não se trata de cidadãos outros, mas os próprios técnicos é que estão a gritar, a pedir que haja socorro. Estão a pedir socorro ao Governo, que faça alguma coisa para salvar a situação.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputados José António Miguel.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que algumas questões já foram aqui colocadas, em relação à Região Autónoma do Príncipe, que é sempre a nossa preocupação, enquanto eleitos na Região. Eu já bati aqui várias vezes em relação a essa questão de ligação marítima e foi-me dito pelo Governo que estão a pensar numa estratégia definitiva. Bem, já se passaram 2 anos, ainda há tempo, a verdade é que as pessoas continuam a sofrer, a viagem via marítima para São Tomé é uma afronta. Os passageiros que fazem viagem, de barco, fazem-no por força maior. A pessoa chega ao Príncipe completamente esgotada e massacrada. Infelizmente, o custo do bilhete de passagem é um bombardeamento à Região Autónoma do Príncipe. Não percebo por que é que até agora ainda não se consegue minimizar isto, encontrando voos mais rentáveis e que as pessoas possam custear essa despesa.

Daí que deixou também aqui a minha insatisfação em relação a tudo quanto tem acontecido, porque estamos a sofrer e precisamos de resolver isto.

Bem, ouvi atentamente algumas declarações políticas, sobretudo da oposição, que fizeram referência ao voto presidencial e sinceramente...

*Murmúrios ADI.*

*Risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

...do poder. Ah, pois, nós ganhámos as eleições, não se esqueçam disso!

Eu lamento, profundamente, Sr. Presidente, acho muito feio para a nossa democracia ouvir grupos parlamentares que outrora se opuseram à revisão da Lei Eleitoral, até fizeram pressão junto ao Presidente da República de então, para vetar a Lei, e a Lei foi vetada, nos mesmos moldes, e hoje vêm reclamar, ou seja, pôr em causa aquilo que é o voto político que o Presidente da República fez em relação ao Projecto de Lei Eleitoral.

Eu tive a oportunidade de ler um ensaio académico, cujo autor é Jonas Gentil, e o título é «Revisão da Lei Eleitoral e o Princípio da Estabilidade Eleitoral em São Tomé e Príncipe», e é bom que aqui na Casa Parlamentar nós tenhamos alguma atenção com aquilo que fazemos, porque muitas vezes nós damos azo a que as coisas corram mal, para a própria Casa Parlamentar. E eu vou ler a nota de esclarecimento que vem nesse ensaio, enviada pela Assembleia Nacional. Diz assim: «Como se pode ler na nota de esclarecimento da Assembleia Nacional, a motivação para a elaboração de um Projecto de Lei de Revisão da Lei n.º 11/90 de 26/11 – Lei Eleitoral, teve como origem a promessa feita à diáspora, nas últimas campanhas eleitorais, por todos os partidos políticos da sua activa participação nas eleições legislativas. Esta mesma nota esclarece que tal matéria já tinha ganho relevância no Governo do ADI, que, provavelmente, por razões de término da legislatura, não foi capaz de a concretizar. E nós debatemos aqui nesse projecto de lei, num momento em que estamos a aproximar as eleições, que não é possível e que não há consenso a nível nacional. E o Presidente da República esteve bem! Há aqui, reparem, representantes da sociedade civil que protestam, profissionais forenses, académicos, estudantes e, meus senhores, nós temos que ter em conta que o Presidente da República é de todos os são-tomenses. Essa Lei não garante a estabilidade eleitoral em São Tomé e Príncipe. Julgo que devemos encontrar é o momento próprio para fazermos realmente uma revisão da Lei Eleitoral, porque todos os partidos estão conforme, estão de acordo, mas tem que estar no momento próprio para que ela surta o efeito desejado.

E em 2014, quando o ADI teve essa iniciativa, o Presidente de então, Dr. Manuel Pinto da Costa, vetou a Lei, e eu vou ler aqui só um cheirinho do por quê que ele vetou a lei. Ele disse assim: «A Assembleia legislou no sentido de cercear a liberdade de grupos de cidadãos poderem apresentar candidaturas às eleições legislativas». Ainda de acordo com os argumentos esgrimidos pelo Presidente da República, estava em causa a compatibilidade desta. Portanto, é necessário nós termos em conta aquilo que fazemos, porque, se estivemos mal, o Presidente da República deu-nos um puxão de orelhas. Parabéns, Presidente da República.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu queria felicitar este povo de São Tomé e Príncipe. Ele acatou a autoridade do Estado, no final deste ano. Quer dizer que o povo está em cima da Assembleia Nacional. O povo pediu melhores dias para o ano 2021, e nós não estamos a entender.

Srs. Deputados, quem manda em nós é o povo! Quero dizer-vos que a Covid-19 trouxe uma pobreza para este povo que não é brincadeira. É por isso que o povo quer que neste ano 2021 tenhamos outra iniciativa, para ver se podemos conhecer melhores dias.

Portanto, Sr. Presidente, este voto político do Presidente da República, não sei qual é o pensamento do Presidente da República, eu não quero que essa crise chegue ao seio do povo. Por amor de Deus, o povo não aguenta mais! O povo não aguenta mais essa crise política!

Eu não sei qual é o entendimento do Presidente da República com isso. Isso é uma filosofia, cuidado aí, porque os parceiros estão a acreditar neste Governo, que está a dar passo em frente. Por amor de Deus, não venham contribuir para mal deste Governo, e em prejuízo deste povo!

Sr. Presidente...

*Murmúrios.*

...isto também não está dos piores! Passaram muitos governos. Eu pergunto, o ADI governou durante 6 anos, qual é o equipamento que o ADI deixou no Hospital Central?

*Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Dêem-me resposta, meus senhores!

*Aplausos e risos.*

Mandaram 6 anos.

Sr. Presidente, povo de São Tomé e Príncipe, qual é o equipamento que o ADI deixou no Hospital Central?

*Murmúrios.*

Para já, o Deputado do Príncipe reclamou a falta de combustível, é normal. Em que governação não se reclamou a falta de combustível no Príncipe? Em todas as governações! Não venham procurar questões para enganar o povo!

O que queremos em 2021 são grandes projectos, grandes contribuições para toda gente trabalhar e para alavancarmos este País. Isso é que é essencial.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Nós não queremos ambição de poder, nem política de poder, nem um homem a pensar nele. Nós queremos um homem dirigente como o Presidente da República, que pense no povo, que pense em São Tomé e Príncipe! É o primeiro homem que nós temos e tem que manter a estabilidade.

Meus senhores da nova maioria, vamos manter a estabilidade neste País! Nestes 2 anos, mantivemos a estabilidade. Nós somos 28, não somos 45, se fossemos 45, acho que haveria muito problema. Com esses 28, nós mantivemos a estabilidade e o Governo está a dar passo para frente.

E nós não estamos aqui com ambição de poder, cada um trabalha a sua vida, não venha aqui contar com política para crescer. E é por isso, que nós vamos manter esses 28, Sr. Presidente, em 2022, para vermos o sucesso deste Governo em 4 anos. Este Governo vai deixar um sucesso muito grande, e há muita animação, conforme o Governo está trabalhar.

Eu conheço este povo. Enquanto alguém está a trabalhar, gostam de desencaminhar o desenvolvimento do País.

Eu conheço, conheço. A maioria do povo está com este Governo, e governo está caminhar para frente. Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto Afonso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu também não podia ficar indiferente, em desejar o povo sãotomense, residente e não só, que o ano 2021 seja de toda forma melhor, ao nível social, político, cultural, económico, porque o 2020 deu o que tinha que dar.

Mais uma vez, começaria também pela saúde. Embora não vim cá justamente falar de saúde, não podia deixar de também citar algumas coisas menos boas que tem acontecido no nosso centro hospitalar, também, como dizia a Sra. Deputada, nas áreas de saúde, áreas distritais.

Muitas vezes, quando as coisas tocam em nós, é que nós sentimos a necessidade, é que nós vemos que as coisas não vão lá tão bem quanto pensamos.

Um doente, internado, só está internado para repouso. Com a prescrição médica, para as famílias que podem, que têm alguma posse, circulam pelas farmácias, dentro e fora da capital, à procura de medicamentos para serem usados no hospital. Muitas vezes nessa prescrição consta até o paracetamol.

Se o médico prescreve cinco, são ministrado dois, não sei o que acontece, mas não é ministrada a dose certa ou completa.

Aqueles que não têm meios vão à ENAMEDE, que muitas vezes nem esses medicamentos, porque parece que a ENAMEDE também está na rede. Se não houver na ENAMEDE, não há nos centros hospitalares, não há no centro de saúde, enfim.

É para dizer que, antes de nós analisamos o Orçamento Geral do Estado, que certamente vamos ver a questão mais profunda, Sr. Ministro, por favor tente ver com os seus pares o que fazer para manter o stock de medicamentos essenciais, porque a nossa população está enferma, o País está doente. Não havendo esses medicamentos essenciais disponíveis e acessíveis, não sei como é que os utentes vão conseguir.

O que me trouxe cá é a questão voto presidencial ao pacote eleitoral. Eu sou uma defensora nata da participação política feminina, eu sou uma defensora nata da questão de género, mais infelizmente o Sr. Presidente da República não ia vetar a questão de género, ou 30% da participação feminina dentro de um pacote que beliscava a Constituição. Infelizmente, foi tudo reprovado.

O problema centra-se em, vamos imaginar, alguém que não pode comer carne de porco, muita gente não come, uns porque faz mal outros nem tanto, não vai deixar que se confeccione uma boa feijoada, que leva a carne de porco, e depois dizer «vamos puxar muchinge para o lado, para a gente beber água dele». Se há lá dentro uma coisa que faz mal, nós temos que rejeitar todo o prato, por mais que ele seja saboroso...

*Aplausos do ADI.*

Portanto, também para juntar a minha voz à dos outros que congratularam com Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que esteve muito bem e que termine o seu mandato continuando a agir muito bem.

Muito obrigada.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Presidente, em nome do Grupo Parlamentar e do partido ADI, na declaração política, por uma questão do tempo, não pude dissecar tudo quanto gostaríamos de dizer, eu particularmente, por isso voltei cá para enfatizar três aspectos, com ênfases no Sector da Saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a situação da saúde é catastrófica, temos que dizer as coisas assim. No momento, no dia em que os sindicatos, creio eu, ou profissionais tiveram audiência com Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, entregaram-no uma lista com cerca de cento e tal tipos de medicamentos. Dos 120, se podemos pegar neste número, há ruptura de stock de cerca de 80 e por aí trinta e pouco em via de ruptura.

Meus senhores, então estamos a fazer o quê? Nós estivemos aqui com matabicho, almoço, jantar, para aprovar a lei eleitoral e a população está a morrer sem medicamentos, mas estamos a trabalhar para o povo, para a diáspora? Qual diáspora? Qual povo?

Meus senhores, pode acontecer com qualquer um, pode acontecer comigo, termos uma crise e ir para o hospital. Não tem adesivo, não tem paracetamol, não tem aspirina, não tem outras coisas. E estamos a fazer de política, estamos a fazer de Estado? Estamos a defender o povo que juramos? Revejam a Constituição no acto de juramento.

Sr. Presidente, há necessidade de se calhar nós paramos o País e olhar para a saúde. É isso que é mais importante. Diáspora, diáspora, diáspora. O que é que a diáspora quer? A diáspora quer participar na eleição sim, eleição legislativa 2022. Nós não podemos trabalhar este ano? Podemos trabalhar sim senhora, havendo entendimento.

O que é que a diáspora fala? Todo mundo diz diáspora. A maioria da diáspora quer é condições aduaneiras para trazer os seus bens, a maioria de diáspora quer transferir o seu rendimento, quer garantias bancárias, que o banco tenha garantias jurídica, quer uma justiça a funciona, que alguém mande o dinheiro que compre um terreno, que não seja o mesmo terreno vendido por três, quatro pessoas, que não o perca. É isso que a diáspora quer...

*Aplausos do ADI.*

Então, a diáspora esta aqui connosco, porque voto, voto, vamos votar.

Se nós quisermos, como nós fazemos todos os anos, a Comissão Eleitoral deve tomar posse e começar o seu serviço e realizar as eleições presidenciais. Só se nós não quisermos.

Isso de desculpa de diáspora, que o Presidente está contra diáspora, que o ADI está contra a diáspora é mentira, é desculpa de mau pagador!

*Aplausos do ADI.*

Meus senhores, penso que foi no ano 1963, por aí, nos anos 60, Martin Luther King teve um discurso, «eu tenho um sonho» de não sei quê, dos pretos com os brancos etc., etc. Eu não vou repetir, porque de facto não tenho esse sonho, mas entristece-me vir aqui, Sr. Presidente, falar de aspirina. Entristece-me como Deputado vir aqui falar de buracos que estamos a tapa. Isso é um Estado! Temos que chegar a outro nível! As pessoas que nos seguem, a classe intelectual, começa a perguntar, mas o quê que os Deputados discutem?

Estamos a vir discutir por causa de meio metro de estrada, a porque eu fiz cinco metros. Não saio daqui satisfeito por vir dizer porque o meu governo do ADI, porque o meu governo do ADI. Não, meus senhores, temos que avançar! O ADI fez a sua parte. Quem esta há 2 anos tem que fazer a sua parte, e que não venha com desculpas!

*Aplausos do ADI.*

No hospital central, nós não fizemos muito. Nós tivemos quarenta e tal anos de independência, tínhamos que importar oxigénios, instalámos duas centrais de captação de oxigénio, uma em São Tomé e outra no Príncipe. E ainda bem que o nosso governo instalou uma em São Tomé e a outra no Príncipe, porque neste momento, na ilha de São Tomé, o Hospital Central não tem. O oxigénio que estamos a utilizar no Hospital Central, pelas fontes que eu tenho do Hospital Central, está a vir da ilha do Príncipe, com mais custo.

*Aplausos do ADI.*

Isso não entra no esforço do outro? Isso não é pensar na saúde?

E ter deixado 17 milhões de dólares para vocês começarem a obra do hospital, vocês nada fazem, prendem alguém, depois vêm dizer que estão a trabalhar para o povo?

Para terminar, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, nós pedimos já há 1 mês, mês e tal, visita ao hospital, visita a outros sectores, e o Governo não nos responde. O que é que se passa? Querem nos excluir da vida política?

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

**O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia. Agouro um bom ano a todos, sendo a primeira vez que tomo a palavra este ano.

Realmente, eu fico um pouco confuso, quando ouço dizer que não houve oportunidade de participação na elaboração do pacote eleitoral, porque todos os partidos políticos aqui presentes, durante esse período, estiveram na antiga Sala do Plenário, participando na discussão de todo esse pacote eleitoral. A diáspora teve a oportunidade de participar e participou, inclusivos os partidos políticos que não têm acento na Assembleia foram convidados, e alguns estiveram aqui presentes. A não ser que todo povo fosse chamado para aqui, para analisar o pacote eleitoral, mas não conheço esse figurino.

Temos que ser honestos nas nossas declarações, meus senhores!

Agora, falando um pouco da saúde, não se pode reduzir a saúde ao Hospital Central, porque quem fica lá fora a ouvir-nos poderá pensar que este país está de rastos e estão todos aqui a gatinhar.

Meus senhores, o processo de reforma do Sector da Saúde começou há alguns anos, há quase 2 décadas, e eu quero dizer que houve três documentos importantes que foram aprovados, para orientar todo esse processo de reforma: a Política de Saúde, a Carta Sanitária e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário. E cada governo fez o seu tempo e assumiu os compromissos em cada fase desse processo de reforma.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, acabou o seu tempo, mas o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD dá-lhe 2 minutos. Pode continuar.

**O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD):** — Obrigado.

Hoje quando nós olhamos para os indicadores de saúde, esses indicadores melhoraram. Nós, São Tomé e Príncipe, temos a melhor taxa de cobertura vacinal da África Subsariana, à excepção de Cabo Verde.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Nós, São Tomé e Príncipe, temos o melhor rácio médico/habitantes, enfermeiros/habitantes de todo São Tomé e Príncipe.

Houve um esforço que foi despendido e os resultados vão se encontrando. Não se pode reduzir a saúde ao Hospital Central.

Quando nós tivemos aqui a epidemia de...

**Uma voz:** — Ébola.

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM/UDD): — Não é ébola, é a mais conhecida por Evaristo,...

*Risos e murmúrios.*

...celulite necrotizante, para as pessoas entenderem lá fora. O antibiótico que usaram não estava na lista? Por que é que as pessoas estavam a morrer, se houvesse esse antibiótico aqui?

Dá a impressão de que São Tomé nadou em medicamentos durante esse tempo, mas não é verdade.

*Murmúrios do ADI.*

Está bem, estamos de acordo, mas o que eu estou a dizer é que hoje as pessoas já podem falar. Entre 2014 e 2018 era proibido qualquer director ou alguém do Ministério da Saúde falar, sem autorização da Ministra.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sindicato estava completamente manietado, ninguém podia falar, sem autorização pessoal da Ministra. Hoje as pessoas já podem falar.

Meus senhores, a questão de medicamentos é uma questão real, mas nós conhecemos todo o processo que anda à volta do seu abastecimento. A ruptura tem muito a ver com questões de transportes, mas quando falamos de medicamento é bom reportarmos um bocadinho ao passado. Em 2010, nós tínhamos assinado o melhor acordo de fornecimento de medicamentos para este país. Infelizmente, é bom que ouçam, ao deixarmos o poder em 2010, o poder que assumiu achou que estávamos a fazer cambalacho. Naquele acordo tinha-se a oportunidade de mandar vir medicamentos e pagar posteriormente com as Finanças. Anularam aquilo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Era cambalacho mesmo!

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Não era. O que veio a ser cambalacho foi a INFARMA, que foi instalado em 2012, com a pretensão de os medicamentos ficarem 40% mais baratos. O que vimos é que o preço duplicou. Isto é que foi cambalacho, porque havia interesses em relação à instalação da INFARMA, que veio permitir o quê? Veio permitir que apenas uma empresa pudesse importar, e hoje estamos dependentes da importação de uma empresa, quando havia a possibilidade de distritos importarem medicamentos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Então mudem!

O Sr. **Arlindo Carvalho** (PCD/MDFM-UDD): — Há uma questão que tem a ver com o financiamento do Sistema de Saúde. Essa questão do financiamento do Sistema de Saúde é precisamente o que faltou estar definido nesse pacote de reforma.

Obrigado, não tenho mais tempo.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Caras Deputadas, Srs. Deputados, vamos ouvir com serenidade. Está previsto murmúrios, mas não impedir que os Srs. Deputados falem.

Quer interpelar a Mesa, Sr. Líder Parlamentar?

*Murmúrios.*

É para orientação à Mesa?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado Presidente.

Eu quero desde já agradecê-lo, não é propriamente como a condução dos trabalhos está a ser, mas temos que primar pelo respeito aos órgãos de soberania, etc. É verdade que há um nome de uma patologia que é atribuída a uma figura do Estado, mas eu acho que foi deselegante por parte do Deputado. Assim é a Casa Parlamentar, e é isso que venho pedir. Em nome dos Depurados, peço desculpas a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Evaristo de Carvalho.

Obrigado.

*Aplausos do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Bom, é *entendível* o pedido de desculpas, mas é preciso entender também que quem apelidou a doença com esse nome não tem nada a ver com o Presidente da República. Não é o único cidadão que se chama Evaristo.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

*Murmúrios do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Eu disse que é entendível o pedido de desculpas, mas também é verdade que há muita gente com esse nome.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

**O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD):** — Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quando se ouve falar aqui nesta Casa dos problemas dos 17 milhões de dólares, é bom que falemos com verdade e com responsabilidade.

**Uma Voz do ADI:** — Vamos lá.

**O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD):** — Quando o Governo do ADI saiu do poder, não procedeu à transferia de pasta, não deixou um único dossiê do processo. E este Governo, finalmente, conseguiu remontar o processo. Finalmente vai ser reaberto, vai ser lançado o estudo e levantamento, com o apoio directo da equipa financiadora. Finalmente, porque não havia dossiê. Então, tenhamos cautela com as coisas!

Quem criou problemas com o fornecimento de medicamentos em São Tomé e Príncipe? O Deputado Arlindo Carvalho tocou o dedo na ferida. Quem criou problema foi a mudança do fornecedor. E hoje estamos amarrados a uma situação de fornecimento, e é exactamente a mesma situação, Sr. Deputado Abnildo, o problema do oxigénio. A empresa que forneceu o equipamento, não ficou clara a manutenção, e o problema hoje é a manutenção, há dificuldade.

*Murmúrios do ADI.*

Hoje há uma situação muito bonita. No início, diziam todos que o pacote eleitoral é inconstitucional. Se é inconstitucional por que é que o voto presencial não foi para dizer da inconstitucionalidade? Porque não é inconstitucional. Inconstitucionalidade foi uma falsa questão que se levantou para tentar bloquear o processo. De inconstitucionalidade nada tem, ficou aprovado. O Presidente poderia dizer que há inconstitucionalidade.

O problema é não quererem que seja a nova maioria a implementar o processo. Assumamos as coisas, digamos o nome.

Sr. Presidente, nós não demoveremos. Continuaremos a fazer o nosso caminho, continuaremos a fazer a nossa trajectória, enquanto o povo quiser, e faremos tudo para merecer a confiança do povo.

Obrigado

**O Sr. Presidente:** — Sr. Líder Parlamentar, pensamos que neste período os trabalhos estão a decorrer com alguma normalidade e elevação.

Está a pedir interpelação à Mesa. Interpelação à Mesa é para orientar os trabalhos, nós não fizemos absolutamente nada que não seja razoável, dentro da orientação dos trabalhos. A citação ao seu nome não quer dizer que se entrou no debate. O senhor estava a sair para ouvir aquilo que ia dizer, não tem nada a ver com o debate, não é preciso isto. Neste período não existe esta questão, é período prévio à ordem do dia.

Bom, há mais inscritos?

E não se esqueça que esses pedidos não têm que ser imediatos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santos.

**O Sr. Maiquel Espírito Santos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministros dos Assuntos Parlamentares, bom dia e votos de bom Ano Novo, mas o ano só será novo se nós tivemos também novas práticas, novas formas de fazer política.

Bom dia povo de São Tomé e Príncipe, como gosto de dizer, que a paz esteja mesmo connosco!

Eu venho aqui, Sr. Presidente, porque se falou aqui tanto de saúde. Eu estava lá sentado e gosto de acompanhar também na rede social, porque está em directo, os comentários à volta de cada intervenção feita aqui levam-nos a reflexão, no sentido de que, ao pensar na saúde, os Deputados da situação, do poder, os Deputados da oposição, devemos procurar fazer as coisas de forma desapaixonada e não tão efusiva. Porque a questão de saúde é mesmo de todos nós. Mais do que simples criticar, pensar no que o sicrano e o beltrano teriam feito mal ou que agora não estamos a conseguir fazer, é pensarmos no que ainda podemos fazer, nós os Deputados, com a responsabilidade que temos para com o povo.

Temos o orçamento que vem agora, eu espero que tenhamos proposta credíveis, propostas seguras, para o melhor da saúde.

Ao todo, o processo de burocratização de compra dos medicamentos, mais do que questionar por que é que o outro inverteu o processo de fornecimento, que também é uma realidade, como podemos ultrapassar esse processo? Porque para a comprar medicamentos, leva às vezes meses. Então, eu desafio as Sras. e os Srs. Deputados, se for o caso de legislação, vamos trabalhar para que esse processo de compra de medicamentos, pelo menos os consumíveis, seja mais fácil. Na questão de saúde, vamos procurar conversar de forma desapaixonada, não agressiva, porque a saúde é mais do que isso. O povo de São Tomé e Príncipe que está cá e o que está na diáspora, e mais, estão a olhar para nós. Temos responsabilidade em cada intervenção, falando das coisas. Mais do que fazer política com a saúde, não deveria ser assim.

Para fechar, gostaria que as Sras. e os Srs. Deputados pensássemos muito bem, porque vem aqui o Orçamento, vamos mudar o cenário, porque temos a faca e o garfo na mão, para mudá-lo. Este pode ser o momento!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

**A Sra. Beatriz Azevedo (MCI):** — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Sra. Ministra da Justiça, bom dia e um bom Ano Novo de 2021 para todos os são-tomenses, de Caué a Pagué.

Venho com uma preocupação, que é o tal problema de explosivos. Pela comunicação social, temos tomado conhecimento de que os explosivos têm gerado alguns incidentes no seio das nossas populações. A questão que eu trago é a seguinte: esses explosivos são produzidos em São Tomé e Príncipe ou são importados? Se são importados, quais os serviços com responsabilidades para o efeito? Porque se os explosivos entram em São Tomé e Príncipe, há alguma coisa que não está a correr bem. Será que os fiscais nos nossos portos e aeroportos não têm estado a fazer os seus serviços de ver aquilo que as pessoas trazem e deixam entrar no País? Eu trago esta preocupação, porque no final do ano um cidadão do Distrito de Caué, na Cidade de Angolares, perdeu três dedos e um pedaço do dedo indicador.

É essa preocupação que trago aqui, para perguntar se o Ministério de tutela tem estado a fazer alguma coisa, para averiguar donde é que esses explosivos saíram.

Como o Movimento de Cidadãos Independente de São Tomé e Príncipe, por ser eleito no Distrito de Caué, só tem 2 minutos, gostaria de deixar apelo aos meus colegas Deputados do Distrito de Caué, que nesse ponto assuntos de interesses relevantes, o Distrito tem muitos problemas que deveriam ser colocados. Entendo, deixo essa preocupação, porque São Tomé e Príncipe é nosso, o Distrito de Caué também é nosso.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

**O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados e povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia. Queria aproveitar esta oportunidade para desejar um bom ano a todos nós, e que seja um ano que nos possa ao chegar ao final deixar boas recordações.

Eu não tinha qualquer ideia de vir intervir, mas há coisas que eu não consigo ficar calado, tenho dificuldades de ficar calado perante o cinismo e hipocrisia das pessoas. Tenho muitas dificuldades mesmos! Quando se vem falar de Saúde, e virem-me dizer que se deixou 17 milhões de dólares. Meus senhores vamos ser sérios! Eu espero que o Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro, toma boa nota disto. Sr. Ministro das Finanças quando vier aqui para a discussão do Orçamento, explique devidamente a história de 17 milhões de dólares, mais uma vez.

Murmúrios

É bom explicar isto, vir dizer que se deixou 17 milhões de dólares! O que se deixou foi uma dívida. O Governo depois foi surpreendido que havia uma dívida para começar a pagar. Isto é que se deixou ao País, meus senhores!

*Protestos do ADI.*

O problema da saúde, o meu colega Maiquel já dizia, é um problema de todos nós. É um problema que implica a envolvência de todos, para encontrarmos uma solução. Não pode ser um problema que nós atiramos! Não! É um problema que todos nós juntos temos que encontrar uma saída. Se houve erros do passado no fornecimento de medicamentos, se se tomou medidas erradas, é bom reverter-se isto para o bem deste povo. Nós não podemos continuar!

Falou-se do processo de compra de medicamentos, um processo que demora meses no País, vai para esta instituição, vai para aquela, sai daquela, vai para outra. Não pode ser! Por isso, temos juntos que encontrar uma saída para os problemas da saúde.

Agora, Sr. Presidente, eu não podia estar cá e não me rever na questão do pacote eleitoral. Sr. Presidente, eu presidi todos os trabalhos, não faltei a uma única reunião na altura que estávamos a discutir isto. Sr. Presidente, eu vi também a carta de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, li com muita atenção. É um direito que assiste ao Presidente. Claro que sim! É um direito que lhe assiste, vetar! Não há nada de especial. Agora, é bom que o Presidente, ao vetar, explique as razões que o levam a vetar. Isso ele tem que explicar, meus senhores! Dizer que o Presidente não tem que explicar!? Como é que o Presidente não tem que explicar? Quando no fim da carta o Presidente deixa praticamente à Assembleia a possibilidade de reapreciação, reapreciar o quê?

Estão a falar-me de inconstitucionalidade! Mas qual inconstitucionalidade, Srs. Deputados? Um cidadão falava-me da questão de grupos de cidadãos e eu disse ao cidadão para pegar na nossa Constituição e mostrar-me onde é que diz que grupo de cidadãos pode candidatar às eleições legislativas. E ele ficou a olhar para mim, gaguejando. Portanto, isso é uma farsa questão, meus senhores! Agora, não é possível termos um pacote eleitoral e que depois o Presidente manda uma carta apenas dizendo, portanto, que não promulga a Lei Eleitoral. E as outras leis, como é que ficam? Portanto, é tudo isto que, na minha óptica, se nós formos sérios, enquanto Deputados, temos que pedir sim ao Sr. Presidente para nos explicar o que está em falta, onde é que está a falha, de modo a, depois de conhecermos essa falha, reunirmos novamente a Comissão, e com todos os ingredientes que se queira.

Sociedade civil. Eu ouvi dizer que houve 2 000 assinaturas da sociedade civil. Meus senhores, vamos ser sérios! Vamos ser sérios, meus senhores, porque nós também já sabemos como é que essas assinaturas foram cobradas. Srs. Deputados, vamos ser sérios!

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bondoso.

*Murmúrios do Sr. Deputado Jorge Bondoso.*

Não, o Sr. Deputado hoje está na Sala e pediu a palavra. Se desistiu, deve dizer que desistiu, não dar costa à Mesa, por respeito à Instituição.

*Murmúrios.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Rita.

**O Sr. Maurício Rita (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Caros Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sra. Ministra da Justiça, Caros Técnicos da Assembleia e da Comunicação Social, bom dia.

Sr. Presidente, apenas tomo a palavra, porque ouvi muitas intervenções ao nível da saúde. Quero aqui frisar que, em São Tomé, sabemos todos como é a questão da saúde. No meu entender, sobretudo os Deputados do ADI não têm moral para falar desta maneira da saúde. Vivemos num país em que, quando o ADI tinha maioria parlamentar, falava-se que tinha verba suficiente para fazer a remodelação do hospital, fazer intervenção nos aparelhos do hospital, mas o que é que fizeram? Agora, vêm criticar este Governo que tudo tem feito na transparência.

*Protestos do ADI.*

Este Governo está a trabalhar com transparência! A OMS, o PNUD, mesmos os Deputados do ADI sabem da transparência com que este Governo tem trabalhado. Sobretudo a saúde é uma das áreas para qual se tem alocado mais verbas, para o desenvolvimento deste país. Não sei porquê hoje vêm com demagogia e filosofia, fazendo de conta que a nossa saúde está em caos devido este Governo. Isto não

corresponde à realidade. Srs. Deputados, sejam conscientes, honestos e tenham peso na consciência. O dinheiro que deveriam implementar nos nossos hospitais vocês sabem para onde foi. Vocês sabem! É preciso haver honestidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente, eu já não tenho mais tempo para falar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já não temos mais inscritos, vamos passar de imediato aos pontos da ordem do dia. Nesse período há duas questões que temos que incluir.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a apresentação dos pontos e a anuências, de seguida, dos Srs. Deputados.

Peço desculpa, antes temos votos de pesar. Temos dois votos de pesar que foram introduzidos, peço ao proponente para fazer a sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD introduziu o voto de pesar em homenagem a dois ex-camaradas que foram deputados desta augusta Assembleia, pelo seu passamento físico. Faram exímios combatentes, lutadores incansáveis, homens prontos e disponíveis para tudo, e tudo fizeram para o engrandecimento de São Tomé e Príncipe.

Para honrar a memória dos mesmos, o MLSTP/PSD, através do Grupo Parlamentar, pede a aprovação dos respectivos votos de pesar, primeiro, a favor do Sr. Florentino Neto, um camarada de armas, ex-trabalhador das Alfândegas de São Tomé e Príncipe, e Manuel Gomes Corolino, outro trabalhador incansável e camarada de armas.

Sr. Presidente, é o que nos cumpre introduzir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, feitas a apresentação do voto de pesar, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do Projecto do Voto de Pesar.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Adilson Managem): — Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Ministro e Sra. Ministra, bom dia.

«Projecto de Voto de Pesar n.º 18/XI/2021 – Pelo Desaparecimento Físico do Senhor Manuel Gomes Carolino.

Tendo recebido com profunda consternação a notícia do desaparecimento físico do Sr. Manuel Gomes Carolino, vulgo Carolino, ocorrido no passado dia 27 de Dezembro do ano 2020, no Hospital Central Dr. Ayres de Menezes, antigo Deputado à Assembleia Nacional, pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, na VII e VIII Legislaturas, e ex-Funcionário da Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST);

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória do Sr. Manuel Gomes Carolino, pelo serviço prestado à nossa Nação, enquanto Deputado desta augusta Assembleia;

2. Exprimir, através deste voto de pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 7 de Janeiro de 2021.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves*.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em relação a este assunto, para dizer que estou de acordo com este voto de pesar, mas também não podia deixar de lamentar que infelizmente um ex-deputado ou os ex-deputados da Assembleia Nacional só tenham direito a isto, «Voto de Pesar».

**Uma Voz**: — Mais nada!

Estão a dizer mais nada, nós todos somos culpados! Estamos aqui a fazer o trabalho de agulha. Nós todos somos culpados. Estamos aqui e pensamos que ficaremos aqui internamente, mas toda gente que está cá vai ser ex-deputado um dia. O que é que se está a preparar para o ex-deputado?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Voto de Pesar.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Quando se prepara alguma coisa, fazem aproveitamento político.

*Murmúrios.*

Nisto não vou entrar, porque o momento não é para isto, mas um dia eu terei a oportunidade de falar disto num quadro próprio, porque não é normal um deputado da Nação, que deu tudo de si para ajudar no desenvolvimento do País, quando deixa de ser deputado, volta a ser João-ninguém, e só volta a ter valor quando morrer. Não é normal!

Sr. Presidente, quero aqui lançar um desafio. Enquanto não existir outra solução, que se crie ao nível da Assembleia uma Comissão, qualquer coisa, para seguir alguns ex-deputados.

Hoje estamos aqui a aprovar o voto de pesar, mas o ex-deputado de certeza que teve dificuldades, nos períodos antes de falecer. O que é que fizemos para ele?

Bom, espero que entendam o alcance da minha intervenção, porque havendo um gabinete aqui na Assembleia que possa cuidar disso, os familiares poderão informar a Assembleia, para a Assembleia então poder seguir, mandar verificar se de facto esse ex-deputado está em dificuldades ou não, se o caso dele precisa ou não de um apoio da Assembleia, para depois agirmos e tornarmos esse acto de solidariedade muito mais eficaz, e não só ficarmos limitado a votos de pesar.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. Presidente: — Mais intervenções?

Não sendo o caso, vamos submeter o voto de pesar em memória do ex-Deputado Manuel Gomes Carolino à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passemos de imediato ao segundo voto de pesar.

O Sr. Secretário (Adilson Managem): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Projecto de Voto de Pesar n.º 17/XI/5.ª/2021 – Pelo Passamento Físico do Senhor Florentino dos Santos Pinheiro Neto.

Tendo tomado conhecimento do funesto desaparecimento físico, no dia 5 do corrente mês, em Lisboa – Portugal, do Sr. Florentino dos Santos Pinheiro Neto, antigo Deputado à Assembleia Nacional, na VII Legislatura (2002-2006) e IX Legislatura (2010-2014), pelo Grupo Parlamentar do Partido MLSTP/PSD;

Considerando que Florentino dos Santos Pinheiro Neto foi Membro da Comissão Política do MLSTP/PSD, Membro do Comité Central e Secretário do mesmo Partido para os Distritos de Água Grande, Mé-Zóchi e Cantagalo; antigo Funcionário das Alfândegas, enquanto Verificador do Quadro Técnico Aduaneiro;

O vazio que nos deixou é irreparável, pois continuamos a sentir a falta da sua personalidade sempre atenta, discreta e determinada;

A Assembleia Nacional presta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1.º Honrar a memória do Sr. Florentino dos Santos Pinheiro Neto, antigo Deputado à Assembleia Nacional, pelo contributo por si prestado à vida política nacional;

2.º Exprimir, através deste voto, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo sucedido.

Assembleia Nacional, São Tomé, 7 de Janeiro de 2021.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves.*»

O Sr. Presidente: — Alguma intervenção?

Tem a palavra Sra. Deputado Alda Ramos.

A Sra. Alda Ramos (ADI): — Sr. Presidente, apenas para fazer um reparo. Não minha opinião, se deveria uniformizar o texto. O primeiro voto de pesar não indica o período. Faz referência às legislaturas, mas não fala do período. E o segundo, que é do Florentino dos Santos, já fala do período de 2002-2006 e 2010-2014. Portanto, eu penso que o texto deveria ser uniformizado.

O Sr. Presidente: — Podemos recomendar a Comissão de Redacção para a uniformizar, após a votação.

Mais alguma intervenção?

Não sendo o caso, vamos submeter o voto de pesar pelo passamento físico do Sr. Florentino dos Santos Pinheiro Neto à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos de imediato conceder 1 minuto de silêncio às almas dos ex-deputados Florentino dos Santos Pinheiro Neto e Manuel Gomes Carolino.

*Os Srs. Deputados guardaram 1 minuto de silêncio.*

Bom, vamos entrar nos assuntos estabelecidos na ordem do dia, mas, antes, o Secretário vai fazer uma intervenção para a inclusão de um ponto, se assim for aceite pelo Plenário. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tal como já tinha feito referência no início desta reunião plenária, sobre a solicitação a Comissão Eventual criada através da Resolução 97, de 10 de Novembro, para analisar e apreciar as Contas Gerais do Estado. A Comissão pede a prorrogação do prazo para mais 60 dias, e os argumentos que apresenta é que esta Comissão foi criada num período, praticamente, que envolvia os trabalhos da análise do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, razão que levou a referida Comissão a não concluir os seus trabalhos. Pede a prorrogação, porque nas reuniões plenárias não haverá espaço, porque haverá a discussão do Orçamento Geral do Estado a partir de amanhã e, nos termos regimentais, não se pode incluir qualquer outro assunto. Por isso é que aproveitamos esta sessão plenária para incluir este ponto, e depois apresentarei uma resolução, que também está subscrita pelos membros da Comissão, e que na altura da sua apresentação farei a leitura da referida resolução.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, há uma proposta de inclusão na ordem do dia e, como sabem, de acordo com o Regimento, tem que ser aceite por unanimidade.

Alguma reacção?

Não sendo o caso, os Srs. Deputados que aceitam a introdução do ponto apresentado pelo Sr. Secretário na ordem do dia dos trabalhos queiram manifestar-se.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Passemos ao primeiro ponto da ordem do dia, discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global, da proposta de resolução que dá assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do navio da Marinha Francesa CDT-BIROT, no período de 30 de Dezembro de 2020 a 2 de Janeiro de 2021. Podemos começar a analisar esta proposta de resolução e vamos suspender os nossos trabalhos quando forem 13 horas. Portanto, este projecto de resolução vem com algum atraso; já foi aqui anunciado pelo Sr. Secretário, é apenas para formalizar e legalizar o acto já concedido pelo Sr. Presidente da República.

Alguma intervenção, antes da apresentação?

Não é o caso, tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a apresentação do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo a ler a «Proposta de Resolução n.º 42, Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência do Navio da Marinha Francesa CDT.

Preâmbulo.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe tem recebido nas suas águas territoriais e no quadro das relações de amizade e cooperação, visitas de cortesia de navios de marinhas estrangeiras. Essas visitas têm como objectivos estreitar e aprofundar os laços de amizade e de cooperação entre os povos de países desenvolvidos e, mais do que isso, promover a inter-operacionalidade e proficiência regional marítima das partes interessadas no Golfo da Guiné, bem como, incrementar a segurança marítima, visando atenuar a pirataria e as actividades ilícitas na Região.

Considerando a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do Navio da marinha Francesa CDT, no Porto de São Tomé, no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2021, no âmbito da Missão Corrimby 155, a Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada e permanência, no Porto de São Tomé, do Navio da Marinha Francesa CDT, no período compreendido entre os dias 30 de Dezembro de 2020 a 2 de Janeiro de 2021, no âmbito da Missão Corrimby 155.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

A Assembleia Nacional, aos 7 de Janeiro de 2021.»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Secretário da Mesa.

Estamos a analisar na generalidade, alguma intervenção?

Não é o caso, vamos submeter o projecto de resolução à votação, na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passemos à apreciação na especialidade, começando pelo preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 1.º.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 2.º.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passemos à votação final global do referido projecto de resolução.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passemos de imediato ao ponto seguinte, discussão e votação, na generalidade, do Projecto de Lei n.º 29/XI/5ª/2020 – Atribuição Excepcional de Competências ao Presidente Interino do Tribunal de Contas.

Tem a palavra o Sr. Presidente da 1.ª Comissão.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, enquanto um dos subscritores deste projecto de lei, nós queremos retirá-lo porque, pelas informações que nos chegaram, o Tribunal de Contas, no quadro da sua própria Lei-Orgânica, encontrou uma mameira de ultrapassar esse problema e poder lançar o concurso. Por isso é que nós pedimos a retirada deste ponto, se faz favor.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Raúl Cardoso, enquanto um dos membros proponentes. Portanto, é regimental, está retirado. A supressão do ponto 2, não há discussão.

Temos o terceiro ponto, mas a Mesa propõe a suspensão do trabalho e retomaremos às 14 horas, com os pontos seguintes. Alguma objecção?

Não é o caso, portanto está suspensa a sessão até às 14 horas.

*Eram 13 horas.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 22 minutos.*

Temos a presença de 49 Deputados, portanto, há quórum, declaro reaberta a sessão.

Retomamos os nossos trabalhos com o 3.º ponto da ordem do dia, discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 21/XI/5ª/2020 – Lei de Garantias Mobiliárias.

Tratando-se uma proposta de lei, a iniciativa é do Governo, peço ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, ou a quem este indicar, para fazer a apresentação da proposta.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização** (Cílcio Santos): — Muito obrigado, Sua Exa. Sr. Presidente da Assembleia nacional, aproveito para saudar Sras. e Srs. Deputados, ao povo de São Tomé e Príncipe e augurar também um ano de 2021 excelente, muita paz, saúde e prosperidade.

Para o efeito, convido a Sra. Ministra da Justiça, para fazer a apresentação do diploma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Correia): — Sua Excelência, Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, a todos muito boa tarde.

Antes de mais, gostaria de desejar um Ano Novo repleto de realizações, muita força, muita paz e muita saúde, e também para desejar a todo povo de São Tomé e Príncipe e à diáspora um Ano Novo repleto de realizações.

Portanto, o Governo propôs a proposta de lei de Garantias Mobiliárias, portanto, é uma proposta que vem da anterior legislatura, e nós realizamos encontros com os bancos, seguros, casas comerciais, Câmara do Comércio e também a Casa de Câmbio. Portanto, Banco Mundial sensibilizou o governo de então para a realização desse projecto, devido aos grandes constrangimentos da questão de crédito mal

parado e também como forma de impulsionar a economia nacional. Portanto, é uma proposta que visa introduzir um regime jurídico unificado e para a utilização também de bens móveis, como garantia de cumprimento de obrigações, bem como também a criação central de um registo de garantias mobiliárias.

Por que é que o Banco Mundial sensibilizou e motivou o governo de então para a sua elaboração? Porque no sistema bancário são-tomense grande parte dos empréstimos efectuados, 73%, são de garantia de bens imóveis e somente 27% são feito por bens móveis. E isto tem estado a constituir um grande entrave para o pedido de crédito e também para as médias e pequenas empresas.

Outra questão também é face à insuficiência constatada no actual quadro jurídico-legal e também a posição que São Tomé e Príncipe ocupa em relação ao acesso ao crédito. São Tomé e Príncipe situa-se em 161 lugares relativamente a 190 lugares de outros países. Logo, nós temos grandes constrangimentos no desenvolvimento do sector económico e também na questão de ambiente de negócios.

Quais são as vantagens desta lei, caso ela seja aprovada? Em primeiro lugar, a Lei de Garantias Imobiliárias permite ter um sistema jurídico unificado para utilização dos bens como garantia de cumprimentos e obrigações, e também permite um só contrato para gerir todas as garantias existentes.

Quais são as vantagens da Lei de Garantia Mobiliária? Permite qualquer cidadão tenha o acesso ao crédito, porque a garantia é ampla e extensa. Podemos dar como garantia, por exemplo, um gado, uma cadeira, uma mesa, uma parcela de terra, mas desde o momento que este bem esteja registado. Por isso que, nesta proposta de lei, também com o apoio do Banco Mundial, está prevista a criação do registo de todos esses bens.

Também permite o crescimento e o fortalecimento do sistema financeiro.

Permite, de igual modo, a diminuição do crédito mal parado. É um problema grave com que nos deparamos em termos económicos. Temos muitos créditos mal parados e isso dificulta o desenvolvimento da economia e também do ambiente de negócios.

Também permite a celeridade processual das acções executivas.

Permite a inclusão financeira e o acesso às famílias monoparentais. Principalmente as mulheres chefes de famílias podem dar um bem móvel como garantia para fazer algum empréstimo. E permite também maior autonomia financeira às nossas mulheres, principalmente aquelas com dificuldades financeiras.

Logo, nós trouxemos esta proposta de lei para ser analisada e encontrar a sensibilidade de Vossas Excelências para a sua aprovação.

O Sr. Presidente: — Alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de obter esclarecimento sobre a questão da publicidade do registo, se será também feita a publicidade, através da internet, porque é necessário. Acho que é o meio que mais utilizamos.

E dizer também que o governo anterior, quando pensou nesta lei, pensou, lógico, nas pequenas e médias empresas, nos empresários, nos jovens empreendedores. Julgo que é uma lei que vem ajudar bastante na facilitação de crédito, é verdade. Eu não sei até que ponto os bancos vão aceitar determinadas garantias, mas, de qualquer forma, é um passo, pois a Sra. Ministra disse que já se fez encontros.

Eu gostaria de saber, realmente, como é que se vai processar isso. Haverá uma instituição para proceder aos registo? É uma instituição pública? É privada? Como é que se vai processar? Para não gerar muita confusão, tendo em conta que já há um processo notarial de registo. Vai haver um outro serviço público, pressupõe-se! Há países em que esse serviço é privado, são prestados pelas empresas.

Neste caso, eu gostaria de obter esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, penso que o pedido de esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Carlos Pinheiro versa já na generalidade, pedido de esclarecimento é mais para a forma sintética de dúvidas que tivesse sobre a apresentação. Não sendo o caso, vamos preservar o seu pedido, neste caso, e passar a palavra ao Presidente da 1.ª Comissão, para fazer a apresentação do parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, enquanto relator.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente relativo à Proposta de Lei n.º 21/XI/5.º/2020 – Lei sobre Garantias Mobiliárias.

Introdução.

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à apreciação da 1.ª Comissão Especializada Permanente a Proposta de Lei n.º 21/XI/5.º/2020 – Lei sobre as Garantias Mobiliárias.

Deste modo, para responder à solicitação proveniente do Presidente da Assembleia Nacional, a 1.ª Comissão reuniu-se no dia 22 do corrente para apreciar, dentre outros pontos, a supracitada proposta de lei e indigitar o respectivo relator.

Enquadramento legal.

A proposta de lei sobre as Garantias Mobiliárias foi exercida ao abrigo da alínea f) do artigo 111º da Constituição, coadjuvado com os artigos 136º, e o n.º 1 do artigo 137º do Regimento da Assembleia e respeita os requisitos formais acautelados pelo n.º 2 do artigo 142º e o n.º 1 do artigo 143º do citado Regimento.

#### Contextualidade.

A proposta de lei de Garantias Mobiliárias visa a introdução de um novo marco legal e de um sistema de registo de garantias mobiliárias na base dos modelos estabelecidos pela Lei Modelo de Garantias Reais da ONU/UNICITRAL, da Lei Modelo Interamericana sobre Garantias Mobiliárias e dos conjuntos de princípios estabelecidos pelo Banco Mundial, em implementação nos PAIOP.

Importa destacar que a Lei de Garantias Mobiliárias tem como ponto de partida que a entrega de um bem implica o desejo do devedor de honrar suas obrigações, já que a quebra poderia gerar a perda de um bem essencial para o desenvolvimento de seus negócios, tendo em vista que o novo critério para determinar a viabilidade de um bem ser o sujeito de uma garantia depende dos atributos desse bem.

A implementação desta Lei impõe, *de per si*, alguns desafios. Por um lado, diz respeito ao papel que já vem sendo desempenhado pelas conservatórias existentes e, por outro, à limitação das garantias actualmente admitidas em razão do tratamento limitado do penhor e da reserva de propriedade, previstos no Código Civil.

Para a solução dos desafios mencionados, propõe-se a criação de uma central electrónica de registo, com modelo próprio de escrituração, qualificação e forma do registo, reproduzindo o regime previsto internacionalmente, mais simples e flexível.

As vantagens não são apenas reportadas para as empresas fiadoras, mas também para os credores garantidos, que beneficiam de um procedimento de execução muito mais ágil e transparente, que lhes permitirá obter mais facilmente o pagamento das obrigações garantidas.

#### Conclusões e recomendações.

Da análise feita à proposta de lei, a Comissão concluiu que as Garantias Mobiliárias jogam um papel preponderante no acesso ao crédito, sendo muitas vezes a condição determinante para a contratação do financiamento, uma vez que os credores pretendem ter sempre a segurança de que os seus créditos encontram-se garantidos e protegidos.

Neste sentido e porque respeitou todas as exigências legais, a Comissão recomenda que a proposta de lei de Garantias Mobiliárias seja remetida ao Plenário, para análise e votação.

Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, São Tomé, 24 de Dezembro de 2020.

O Presidente, Raúl Cardoso.

O Relator, Danilson Cotú.»

**O Sr. Presidente:** — Feita a apresentação do parecer, estão abertas as inscrições para o debate na generalidade. Agora sim, a Sra. Ministra poderá responder, se assim entender, o pedido de esclarecimento do Deputado, ou aguardar que acumule mais perguntas, para dar respostas às preocupações das Sras. e dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD. Estamos a analisar na generalidade.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro uma nota. É que muitas vezes sou dos que fica meio indignado com certas propostas e obrigações que o Banco Mundial, o FMI e essas instituições nos impõe, mas, em relação a esta proposta eu creio que devemos enaltecer, pelas vantagens que poderão, de alguma forma, trazer para o sector privado e, consequentemente, para a economia do País. Entretanto, Sra. Ministra, no momento da especialidade, teremos que fazer um trabalho de fundo, porque eu tenho prestado atenção, e neste caso eu vou focar concretamente banca. Às vezes o cidadão dá como garantia uma casa, o banco recebe como garantia, mas por algum motivo o cidadão não consegue pagar, ou, há um termo próprio...

**Uma voz:** — Amortizar.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Amortizar, honrar o compromisso, neste caso, e o banco recupera ou fica com o bem. Só que o passo seguinte é que é preocupante. Aquele bem é abandonado, sucateado e muitas vezes o nosso parque imobiliário fica ali à sua sorte. Então, nós temos que encontrar um mecanismo, Sra. Ministra, de forçar as instituições bancárias a fazer o quê? Das duas, uma: ou vender a um preço que permite ser comprado, porque muitas vezes é difícil, por causa do preço, ou o que pode ser importante e determinante é que encontrem uma forma de reabilitar essas casas, evitando esse sucateamento que se vê pelo nosso País a fora, com casas aí com placa com nome do banco, em média, é um banco que se vê mais, mas em um estado de degradação totalmente preocupante, o que também não abona de forma alguma para o bem do nosso país.

Portanto, esta lei é importantíssima, mas temos que acautelar esses aspectos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sra. Ministra, eu queria sair daqui esclarecido.

O XVII Governo considerou este País, São Tomé e Príncipe, como um país agrícola. Quando o Governo lança o projecto «Bamu chimiá pá nón bê quá cumé», não é só para os agricultores. Ái toca empresários, médio-empresários, classe média, jovens empreendedores, taxistas, *palaiês, motoqueiros*,...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Pescadores.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — ...pescadores, porque posso dizer que são a alavanca do País. E o Governo tem que explicar isso bem. É boa informação para toda gente, porque muita gente desbravou e quer plantar. Até agora, o Governo mandou uma mensagem de que já aceitou a parte que lhe cabe, mas o problema está nos bancos, aquilo não anda!

Sra. Ministra, quanto ao nosso comprador de cacau, nós vivemos com muitas preocupações, à espera da solução do Governo, mas o problema não está no Governo, está no banco. Eu não sei se o Primeiro-Ministro tem mais força, ou se o banco tem mais força do que o Primeiro-Ministro...

*Risos gerais.*

...porque o Primeiro-Ministro decide uma coisa, mas cada pessoa faz à sua maneira. Não pode ser! Nós temos que acatar a política do Governo, porque aqui na Assembleia, se nós decidimos uma coisa, está acatado! Não há ninguém que pode vir atrás para destruir! Eu quero pedir à Sra. Ministra da Justiça que resolva isso, porque toda força que apoia este País e que é a sua alavanca está à espera dessa organização. E nós queremos avançar, por amor de Deus!

E eu gostaria de dizer à Sra. Ministra que temos que resolver o problema deste País. Eu pergunto, quem tem a terra?

**Uma voz:** — É o povo.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — A terra do Estado é do povo! Nós não podemos admitir a SATOCAO com mil e tal hectares de terra fechada e aquilo está à sua sorte. Será que foi negociada? O Governo tem que procurar saber se a terra da SATOCAO foi negociada pelo XVI Governo ou não, e o Governo tem que resolver o problema daquela terra!

*Murmúrios do ADI.*

Eu dou vida para o XVII Governo, dou vida para a Assembleia Nacional, dou a vida para o povo, e temos que ter solução. Milhares de jovens estão desempregados, com milhares de terra à sua sorte.

Nós queremos o aumento da produção e da produtividade, para alavancar a economia.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Mais intervenções?

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, relativamente à pergunta que me foi posta, sobre a questão da publicidade, efectivamente, depois da aprovação e da publicação desta proposta de lei, com certeza que nós iremos realizar o programa de informação, sensibilização e publicidade.

Mas para dizer que, desde o anterior governo, o Ministério da Justiça vem trabalhando sobre esta proposta de lei, e para nós chegarmos até aqui, realizámos vários encontros. Realizámos encontros com os bancos, com a Câmara do Comércio, com a sociedade civil, com os seguros, de forma a sensibilizar e informá-los, e também colher subsídios! E se já estamos há 2 anos de governação, este trabalho, praticamente, já vai de 3 a 4 anos, e é um impulsionamento do Banco Mundial, inclusive, esta proposta de lei foi elaborada por um consultor brasileiro, com o financiamento do Banco Mundial. E esse consultor brasileiro esteve cá, também fez várias sessões, mesmo com os magistrados, os juízes e houve um envolvimento da sociedade civil. Logo e inclusive na actual nossa governação, nós também propusemos ao Banco Mundial que depois gostaríamos de fazer um trabalho paralelo, actualização do Código Civil e do Código de Processo Civil. No entanto, o Banco Mundial pôs-nos a condição de que deveríamos avançar com a proposta de lei de Garantias Mobiliárias, depois para na segunda fase passar para a actualização do Código Civil e do Código de Processo Civil. Logo, nós também já estabelecemos um encontro, inclusive, com o Governador do Banco, no sentido de nos ceder um espaço do antigo Banco Central, de forma a criarmos um espaço de registo de crédito. E as actividades deste projecto estarão sob a tutela da Direcção

Geral do Registo Notarial. Tudo isso para melhorar o acesso ao crédito e também para melhorar o ambiente de negócios, principalmente daquelas pessoas com fraca capacidade económica, ou então aquelas pessoas que não têm bens com alto valor para ter acesso ao crédito.

Por isso que todo esse trabalho vai ser feito, mas, como sabem, é uma actividade nova, nós teremos que trabalhar com a área comercial e com os magistrados, de forma a aprendermos e estarmos dentro da matéria.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado, sobre o acesso ao crédito, nós tivemos um ligeiro atraso, mas hoje acabámos de assinar uma deliberação que vai ser publicada para isentar os beneficiários de crédito de toda a taxa, relativamente à construção de garantia. Porque se levantou a questão de quem iria pagar o imposto de selo e as outras taxas. Portanto, já resolvemos esse problema e eu espero que ainda no fim desta semana ou outra as questões já poderão ser resolvidas e os beneficiários ou os interessados poderão dar procedimento ao seu acesso ao crédito e à sua negociação.

Obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sra. Ministra, a questão que eu coloquei da publicidade, não é da lei propriamente. É das garantias que serão apresentadas, porque se alguém vai fazer uma garantia, repare, essa lei é para agilizar. Logo, vai-se passar por cima de muitos procedimentos. E é preciso que essas garantias sejam publicitadas, para se saber quem tem e quem não tem, se a garantia que eu apresentei é mesmo minha. Porque de outro modo, através da conservatória, há uma melhor garantia. Esta lei é uma lei modelo que se criou para agilizar, de forma que as pessoas acedam ao crédito mais rapidamente. Por isso é que haverá, eu estava a ler na proposta, um serviço vocacionado para isto. Mas há aqui algumas responsabilidades! Se eu for apresentar como garantia um bem que não é meu? Portanto, é necessário haver segurança, é necessário haver publicidade! Vai haver casos desses, porque já não vai passar por todo esse processo natural da Conservatória. Se assim for, continuará a ser difícil. A ONU aprovou esta lei para que os países agilizem o processo de acesso ao crédito. Entretanto, há esses pequenos riscos que se corre. Daí que é necessário, porque a própria lei prevê a publicidade. Se nós tivermos que cumprir todo o processo, então, não faz sentido! Se eu tenho um bem móvel, eu vou directamente ao Centro, apresento, faço a garantia, faço o registo e vou ao banco, sem ter que passar por outros procedimentos. Agora, eu não sei como é que se vai processar isso, em relação à Conservatória. Porque se o serviço de Conservatória vai funcionar lá dentro, é outro problema, vai novamente complicar. Hoje, as pessoas têm dificuldade de fazer registos.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Rita.

O Sr. Maurício Rita (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, que me trás cá é uma dúvida muito simples, mas que é muito importante. No âmbito de tudo isso, eu quero frisar o seguinte: se, por ventura, alguém que tenha uma habitação que estivesse avaliada num montante, por exemplo, 100 000 euros, o banco manda os seus avalistas visitar a mesma habitação, entretanto, entram num acordo e a mesma é entregue ao banco, como credor, o que é que acontece? Mais tarde, o banco depara que a mesma casa não vale o preço que foi hipotecada. Entretanto, a hipoteca já foi feita. O que é que o banco faz? Voltar a executar outro bem da pessoa. Eu acho que isso não é correcto, não é normal.

Eu gostaria de falar, sobretudo, à Sra. Ministra, porque se o banco mandou o seu avalista ver e analisar correctamente um bem, ele não tem que ir buscar mais outro património da pessoa, porque tem avalistas para esse tipo de coisas.

O Sr. Presidente: — Mais intervenções? Acho que a Sra. Ministra deve esclarecer, se esta lei inclui também garantias imobiliárias, ou se estamos perante uma proposta de lei de garantias mobiliárias.

A Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos: — Sr. Presidente, na minha intervenção, eu tinha falado sobre a criação de uma central de registos. Por que é que vamos criar essa central? É para nós registarmos o bem e depois fazer um trabalho prévio para avaliar, efectivamente, se esse bem pertence a esse cidadão ou não e avaliar o bem. Portanto, não se vai dar a garantia de algo, sem previamente fazer uma avaliação. Portanto, haverá técnicos especializados na matéria, para fazer um trabalho prévio. Por exemplo, se eu der como garantia uma mesa, eu terei que apresentar um documento ou uma factura de compra e que esta mesa me pertence, e eu registo a mesa. Os técnicos registam a mesa em meu nome. No entanto, vão avaliar, efectivamente, se eu quero emprestar 500 dobras, se essa mesa efectivamente custa 500 ou 600 dobras. Portanto, há um trabalho prévio que o avalista, o técnico, neste caso, terá que fazer antes, para que o cidadão tenha acesso ao crédito.

E esta lei vem ajudar que a pessoa tenha acesso ao crédito. Portanto, nós já temos a garantia de bens imóveis, mas não tínhamos a garantia de bens móveis. Esta lei é mais para a garantia de bens móveis.

Portanto, haverá um trabalho prévio. O avalista e os técnicos não vão dar crédito aos cidadãos, sem ter uma avaliação prévia. Haverá um trabalho feito antecipadamente, com o avalista, mesmo ao nível dos bancos. Por isso que desde o princípio nós trabalhámos com os bancos, seguros, a Câmara de Comércio e com as casas de câmbio. Portanto, o produto desta proposta de lei foi o resultado de várias contribuições desse grupo económico. Minimamente, eu acho que esse grupo económico está informado desta lei. Portanto, é uma nova lei, precisamos apropriar-nos melhor.

O Sr. Presidente: — Tem a apalavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. Mário Rainho (ADI): — Sr. Presidente, eu acho que nós estamos aqui a cometer erro quanto a aos termos técnicos que têm sido usados. Pelo que entendi, para a concessão de empréstimo, há uma situação de garantia. Portanto, qualquer sector bancário exige, ou um avalista, ou então hipoteca de algo que se tenha, seja móvel seja imóvel. Portanto, o banco em si, por uma questão de confiança, tenta obrigatoriamente, não é por uma questão de garantia, ver o bem que a pessoa tem como garantia, se realmente está registado em seu nome.

Até aí, tudo muito bem, mas o banco, pelo valor, o cálculo feito pelo cliente que vai à banca, tem o seu orçamento, através do seu orçamentista, o preço daquilo que vai hipotecar. Mas o banco não confia muito nesse orçamento. Portanto, o banco tem a sua equipa de avaliação, que diz que o imóvel ou o móvel vale tanto. E nós temos estado a usar aqui, nesses últimos tempos, o termo avalista do banco. Avalista é como se fosse uma outra forma de garantia, porque o avalista aparece como forma de um fiador. Portanto, é preciso ter em conta o termo avalista, quando associado à banca, porque é como se fosse um fiador. A equipa de avaliação é uma coisa, que é da banca, e avalista é outro sistema de garantia.

É apenas isso, para fazer uma pequena correcção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sra. Ministra, quando a senhora tem falado de avalista, não está a falar de avalista, em termos de fiador. Está a falar de avalista, em termos de quem vai avaliar a documentação, o móvel apresentado como garantia.

É só para esclarecer.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Bom, são termos completamente diferentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Reflectindo um pouco sobre a funcionalidade desta central de registo, eu gostaria de solicitar à Sra. Ministra como é que isso funcionará, em relação à Região Autónoma do Príncipe. Há lá também empresários, há lá cidadãos interessados nesse processo, mas o centro é em São Tomé e o bilhete de passagem para chegar aqui são seis mil e tal. Então, eu gostaria de saber, em relação à Região Autónoma do Príncipe, como é que as coisas poderão proceder-se. Não estou a ver as pessoas a viajarem para São Tomé, para virem fazer registo aqui. Então, eu gostaria de saber se haverá um polo no Príncipe, para que as pessoas também possam ter acesso.

Em relação a essa garantia, essa norma é uma norma modelo e ela, certamente, também vai gerar alteração na legislação. Não sei se já previram isso. Contudo, a lei vai à especialidade, certamente vão aprofundar, mas eu gostaria que nós implementássemos a lei, de forma que realmente ela viesse agilizar o processo, e não o complicar mais.

Esse é o meu apelo.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. Mário Rainho (ADI): — Sr. Presidente, eu estou em dúvida agora. Portanto, o Líder Parlamentar veio em contraditório com a questão levantada cá, então eu queria que a Sra. Ministra fizesse o especial favor de esclarecer-me acerca da questão de avalistas, em que pé é que isto fica.

Uma Voz: — Eu acho que é engano.

O Sr. Presidente: — Estamos a falar de avalistas e avaliadores, são coisas completamente diferentes. Avalistas são fiadores, os avaliadores são aqueles que vão avaliar o bem, para atribuir um valor ao bem. Portanto, está esclarecido.

Penso que já não há perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, estive a verificar a proposta e eu vi duas questões que me levantaram uma certa complexidade na sua execução. O período de transitabilidade da própria, que é de 6 meses, e o período de regulamentação, que é de 180 dias. Portanto, eu gostaria que a Sra. Ministra me pudesse situar se essa regulamentação é feita nesse período transitório, ou após o período transitório.

Portanto, são esses esclarecimentos que eu gostaria de obter.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções?

Não havendo, Sra. Ministra, já quer usar da palavra.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Eu queria pedir ao Sr. Director do Registo para dar explicação.

O Sr. **Presidente**: — Neste espaço o Director de Registo não tem intervenções. Se quiser subsídio, pode chamar, enquanto vamos ouvindo outras questões.

Mais intervenções?

Neste momento, só resta uma dúvida que foi colocada pelo Deputado Arlindo Ramos, tendo em conta que a questão levantada pelo Sr. Deputado Maurício Rita tem a ver com bens imóveis, e nós estamos a tratar da proposta de lei de bens móveis. Portanto, são coisas completamente diferentes.

Essa questão que levantou o Sr. Deputado Maurício Rita, os Srs. Deputados têm instrumentos legais para rever, na alteração do Código do Processo Civil e no Código Civil. Portanto, é uma questão de, enquanto legislador, apropriar e proceder à sua alteração, ou melhor, à sua adequação à conjuntura social.

Mais alguma questão?

Sra. Ministra já tem a resposta para o Sr. Deputado Arlindo Ramos, sobre a tramitação, a regulamentação e a questão de acesso para os interessados que residem na Região Autónoma do Príncipe?

Tem a palavra.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, relativamente à questão de criação de polo na Região Autónoma do Príncipe, efectivamente iremos criar condições para a sua instalação, tendo em conta que a Região Autónoma do Príncipe tem uma delegação de registo civil. Como faz parte do Território Nacional, devido à descontinuidade geográfica, efectivamente terá um polo.

Sobre a questão da transição dos prazos, o que está ali na proposta de lei é uma exigência do Banco Mundial, mas é por isso que nós levantamos a questão de alteração do Código de Processo Civil e Código Civil. Grande parte da questão da lei de Garantias Mobiliárias estão dentro do Código Civil. Logo, é preciso nós actualizarmos e alterarmos, tanto o Código Civil como o Código de Processo Civil. Desde o início isso foi uma das nossas preocupações, mas o Banco Mundial nos impôs que devemos avançar primeiro a lei de Garantias Mobiliárias para depois, neste ano de 2020, iniciarmos a tal actualização do Código Civil e do Código de Processo Civil.

Portanto, isso também constitui a nossa preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sra. Ministra, desculpe-me, gostaria que me esclarecesse. Na proposta de lei estabelece um período transitório e dentro desse período transitório a mesma proposta estabelece também um período de regulamentação. E a lei, na sua forma legal de entrada em vigor, segundo a proposta, entra em vigor nos termos legais. Eu perguntei se o período de regulamentação está dentro do período de transição ou não, se após o período transitório é que se vai proceder à regulamentação ou durante o período transitório. É essa questão que eu gostaria de saber. Eu sei que é uma exigência do Banco Mundial, mas queremos saber, porque como disse são vários trabalhos que essa lei vai provocar. Portanto, Código Civil, Código Penal e uma série de questões. Isso leva tempo. Ao se proceder à regulamentação, de certeza que o período transitório expira e nós ficamos num período de regulamentação muito extenso. Por isso que eu acho que aqui há qualquer coisa que nós precisamos de devido esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Ainda no âmbito da generalidade, acho que uma das preocupações dos Deputados deve concentrar-se mesmo no período de transição, a forma de adequar esta proposta de lei ao Código Civil e o Código de Processo Civil. Devia-se exigir que, nesse período, entrassem já na Assembleia as alterações, para adequar a lei de forma uniformizada, no período transitório. Portanto, nesse período transitório, enquanto se elabora a regulamentação, também se tem que fazer a alteração do Código Civil e do Código de Processo Civil, para uniformizar essas duas leis. Mas se for o caso, na especialidade, que será naturalmente nas

duas Comissões, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>, deverão ver como analisar essa questão e colocar os prazos, no período transitório, com os passos seguintes que o Governo deve dar.

Não havendo intervenções, vamos submeter a proposta de lei à votação na generalidade, com as ressalvas aqui entendidas entre os Deputados e o Governo, para aquando da discussão na especialidade a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> Comissões terem em conta estas questões, nas disposições finais e transitórias.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Vai aprovar na 1.<sup>a</sup> Comissão e depois?

O Sr. **Presidente**: — Tem que ir necessariamente para a 2.<sup>a</sup> Comissão, para a especialidade. Vamos passar à votação, na generalidade.

*Submetida à votação, foi aprovada com 49 votos a favor, sendo 21 votos do ADI e 23 votos do MLSTP/PSD, 5 votos do PCD/MDFM-UDD e 2 abstenções do MCI.*

Passemos de imediato ao ponto 4, que tem a ver com a nossa própria casa, discussão na generalidade, especialidade e final global Projecto de Resolução 77/XI/5.<sup>a</sup>/2020 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2021.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para fazer a apresentação.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, ilustres Deputadas e Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a todos as minhas saudações.

Temos o projecto de lei do orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2021 e, de uma forma genérica, o Conselho de Administração fixou o orçamento 2021 com os seguintes objectivos: proporcionar um bom ambiente de trabalho aos Deputados e funcionários parlamentares; potencializar o desenvolvimento de capital humano; dinamizar a cooperação parlamentar e interparlamentar; intercâmbio e capacitação dos Deputados, onde visa a capacitação e formação dos funcionários parlamentares; instalar o gabinete de assistência médica; adquirir meios rolantes para o Conselho de Administração, das Comissões Especializadas e Serviços; reabilitação e requalificação do Palácio dos Congressos.

Para a elaboração do projecto de orçamento 2021, teve-se em conta os objectivos fixados pelo Conselho de Administração, tendo como execução até o princípio de Novembro de 2020, tomando em consideração, dentre outros critérios, fixação do valor de bens e serviços correntes, tomando como base a execução provisória das despesas até o princípio de Dezembro de 2020.

As moedas estrangeiras, refiro-me ao dólar e ao euro, fixados em seguintes câmbios médios: 1 dólar, no valor de 20.50,00 dobras e euro, no valor de 24. 50, 00 dobras.

Portanto, o projecto de orçamento de 2021 está fixado no valor de STD. 125.365.688,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras), sendo STD. 80.365.688,00 (oitenta milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras) para as receitas correntes e um valor de STD 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dobras) para as receitas de capital, conforme está num quadro que enviámos através do Diário n.º 13/XI/5.<sup>a</sup>/2020, que eu acho que todos os Deputados têm à mão, e escusava ler todos esses pormenores. Caso haja dúvida, poderei ler.

Entretanto, Srs. Deputados, como dizia atrás, um dos objectivos do referido orçamento é proporcionar um bom ambiente de trabalho, um clima de entendimento entre os Deputados e funcionários, a fim de imprimir maior dinâmica dos trabalhos de responder às diferentes exigências; potencializar o capital humano, que é um elemento imprescindível no desenvolvimento de qualquer sistema da sociedade e empresas.

A Assembleia Nacional deve dispor de recursos à altura para dar resposta às suas necessidades, pelo que necessário se torna promover acções de capacitação e formação dos funcionários parlamentares.

No campo de cooperação, melhorar e fomentar o desenvolvimento das relações com diversos parlamentos, com destaque para os da sub-região.

Relativamente à estrutura física da sede do Parlamento Nacional, é urgente os trabalhos de intervenção, tendo em conta o avançado estado de degradação, que vem pondo em causa a vida de Deputados, funcionários e diversos cidadãos que recorrem à Instituição para diversos assuntos.

O maior bolo orçamental está projectado para a reabilitação e requalificação do edifício do Palácio dos Congressos, projectando-se a construção do hemiciclo.

Concernente a meios rolantes, está projectado a aquisição dos mesmos, com melhores condições para transportes do Conselho de Administração, Comissões Especializadas, Permanentes e de serviços, tendo em conta o estado de tempo útil de vida dos automóveis que compõem o actual parque.

Portanto, o orçamento da Assembleia Nacional para o ano 2021 foi ajustado em 100% em relação ao do ano anterior e, assim sendo, as despesas correntes foram ajustadas na ordem de 19.9%, enquanto que a despesa capital, na ordem de 207.20% em relação ao ano anterior.

No que se refere à despesas em geral, pretende-se dar prioridade às seguintes acções:

Primeiro, assegurar o bom funcionamento de serviços.

Segundo, garantir melhorias de condições de trabalhos.

Terceiro, dinamizar a cooperação parlamentar e promover o parlamento infanto-juvenil, bem como a imagem do Parlamento e aquisição de meios rolantes para a Assembleia Nacional.

Quarto, criação de um gabinete técnico.

Logo a seguir eu tenho um quadro onde está explanado todas essas verbas e as percentagens onde foram alocadas, continuo a dizer que está no documento que foi enviado e publicado no Diário n.º 13/XI/5.º/2020.

Posto isto, eu deixo à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados. Qualquer dúvida poderemos sanar, caso for necessário.

Obrigado pela vossa atenção.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Estão abertas as inscrições para análise do orçamento, já que não carece de parecer, se não houver qualquer dúvida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, é uma questão que acho que merece algum esclarecimento, porque na sua intervenção o Presidente do Conselho de Administração disse que o câmbio utilizado nos cálculos em relação ao dólar é de 20. 50,00. Portanto, isso entra em contradição com aquilo que o Governo propõe para 2021. O câmbio do dólar está à volta de 22 dobras e é uma questão de harmonização entre aquilo que se projecta ao nível da Assembleia e aquilo que o próprio Orçamento Geral do Estado projecta, para não haver aqui qualquer dúvida.

É por isso que eu gostaria que me esclarecesse, por que é que há essa diferença de utilização de câmbio? Portanto, um câmbio diferente para a Assembleia e outro câmbio diferente para o Orçamento Geral do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos, é uma preocupação pertinente.

Mais alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso.

O Sr. **Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para um esclarecimento.

Ouvi o Presidente do Conselho de Administração a falar de transporte para os presidentes das comissões, transporte para Conselho de Administração, mas gostaria também que falasse sobre transporte para buscar os Deputados de Lembá e Caué, porque os transportes que vão, de vez em quando, não são transportes para transportar pessoas. Assim, acho que deviam também falar sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Parece que falou na generalidade. O Presidente do Conselho de Administração já havia falado sobre este assunto. É uma das preocupações também.

Mais alguma questão?

Não sendo o caso, tem a palavra o Sr. Presidente de Conselho de Administração, para responder às preocupações levantadas pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, relativamente ao câmbio.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Antes de mais, muito obrigado pela preocupação do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Realmente há uma discrepância no que diz respeito à taxa de câmbio, e o que decidimos é fazer uma correção. Já estive com os serviços da área financeira da Assembleia, que nos acompanha, e agradeço a atenção deles, já acertamos que será sujeito a uma alteração.

Não sei se fui claro, por uma lado, e, por outro lado, a questão levantada e muito bem pelo Sr. Deputado Rui Cardoso é uma questão realmente muito preocupante. Como eu disse atrás, o parque automóvel da Assembleia Nacional está com viaturas completamente arruinadas e que põem em risco a circulação dos Srs. Deputados. Não é só questão do transporte de Deputados de zonas longínquas, zona Norte e também a zona Sul, mas essa questão não aparece cá no orçamento de 2021, porque para nós aqui da Assembleia é um facto não consumado, mas já está em curso a aquisição de três viaturas. A verba já existe de 2020, está lá parte do concurso das empresas fornecedoras de duas viaturas minibus, já com um certo conforto, a questão de segurança. Desses duas viaturas, uma estará não só para a zona Norte e outra para zona Sul, mas também para transporte dos Srs. Deputados, quando se deslocam para visitas a serviços ao nível nacional.

Se repararem bem, as viaturas que nós temos estado a usar actualmente para transporte dos Srs. Deputados para as zonas Sul e Norte são viaturas que, enquanto a Comissão Eleitoral Nacional estava inactiva, estavam lá parqueadas e podiam danificar, sofrendo mais danos. Então, aproveitamos essas viaturas para este tipo de serviço, mas têm que ser realocadas para o lugar de origem que é a Comissão Eleitoral. Eu me referi a duas viaturas *minibus* com certo conforto, mas também o valor que nós temos para a aquisição dessas viaturas neste ano também dá-nos a possibilidade para a compra de mais uma viatura

ligeira para os serviços da Assembleia. Portanto, está na fase agora, repito, de contrato e concursos para a aquisição dessas três viaturas, a qualquer momento.

Muito obrigado, mas se tiver mais questões, estou disponível para tentar ajudar, dentro de possível.

**O Sr. Presidente:** — Portanto, está esclarecido? Está em curso a aquisição das viaturas *minibus* e uma ligeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

**O Sr. Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, nós estamos a falar de transporte, estamos a falar de certas situações, mas não estamos a lembrar dessas armadilhas que nós temos aqui na Assembleia, o que é muito perigoso. Temos que procurar formas para tratar dessa situação, porque qualquer dia nós todos vamos ficar em baixo disso. Portanto, é isso que eu vim explicar. Estamos numa armadilha que nós mesmos não sabemos. Transporte é importante, mas a vida para mim é muito mais importante, porque de um momento para outro nós podemos ter problema. E é por isso que eu queria que o Sr. Presidente do Conselho de Administração tomasse em conta isso, porque estamos numa situação difícil. Nós não sabemos como é que esta casa é formada. Olhe para aquela armadilha? Nós não sabemos como é que isso está. Portanto eu quero que o Sr. Presidente do Conselho de Administração arranje uma forma para podermos tratar disso. Há coisas que nós podemos deixar para trás. Temos que resolver a situação desta casa.

Eu não quero elogiar o Presidente da Assembleia, porque se o elogiar vocês podem pensar que é porque ele é do meu Grupo Parlamentar, mas ele é homem de visão.

*Risos e murmúrios do ADI.*

Este homem é um homem trabalhador, incansável, homem de visão. Na primeira sessão legislativa ele disse que podíamos arranjar forma para construir a nossa casa, mas ninguém foi com isto. E vê a situação em que estamos. Nós estamos bem? Minha gente, deixem a pessoa que tem visão política trabalhar. Ele é um homem de visão. Ele é um homem trabalhador, ele conhece, é homem de infra-estruturas, mas ele tem pouca sorte. Vamos ver a construção do CKDO. Quando se iniciou aquilo, *blú Delfim*, *não sei quê lá*, mas quanto é que nós estamos a ganhar com isso hoje? Quantas receitas não estão a entrar para o Estado hoje? E se nós tivéssemos cinco ou seis desse empreendimento, não seria bem para nós? Minha gente, aquilo que nos favorece, favorece o País, favorece o povo. Por amor de Deus, vamos apoiar!

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, para esclarecer a questão levantada.

**O Sr. Mário Rainho** (ADI): — Sr. Deputado Felisberto, agradeço pela sua preocupação, porque realmente o edifício onde nós estamos está numa situação de degradação muito avançada, e estamos conscientes disso. Tanto é que vários esforços foram feitos no sentido de tentar reabilitar e requalificar o edifício ao mesmo tempo. Desta vez acho que as coisas vão avançar, porque nós já tivemos conversas prévias com o Governo, e o mesmo está consciente. O Conselho de Administração teve uma atenção muito especial, não tem que aguentar isso sozinho, fizemos uma carta dirigida ao Governo, onde explanamos todos os riscos que estamos envolvidos, não só nós como funcionários e outras pessoas que vêm cá para qualquer tipo de expediente.

O valor explanado no orçamento capital para reabilitação e requalificação desse edifício não é esse valor total para essas obras todas. Portanto, nessa primeira fase, o valor que está aqui estipulado é apenas para darmos início ao estudo, projecto e algumas situações onde a gente conseguir chegar. Portanto, essa obra leva 1, 2 ou até mais anos. No próximo ano os Srs. Deputados não vão estranhar, caso voltarem a ver a despesa de capital ou de investimento qualquer nessa rubrica.

Não sei se esclareci, mas agradeço.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

**A Sra. Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Presidente do Conselho de Administração, ainda em termos de off: «ola má tuá Nandito pê lêto Pisidente Conselho di Administraçon di Sembleia, nón Depotaro fá aié nón ngê Caué sá di parabéns, má nón sá ni monja di têchi ano zá má nón sá lêto Sembleia chié. Olá má nón letxiá, popi Pisidente Mesa Sembleia fá mina tu mecê pia n' uwa Depotaro ni péssimo condiçonji wá. Má dji nón letxiá ano di têchi ano. Novembo ano passado, dji dôçu ano má nón twá pótxi di Depotaro.

*Un mécê fá pôvo San Tomé qui Pispe má nón Depotaro Cidadon Independente, nón sá nón taçoro lêto corredoro di Sembleia. N' uwa sala a nachi dá nón, quadji nara têchi ano má nón sá nê. lolá man tuá papelo xi di orçamento Sembleia pan piá, n' cundá má ká pê uwa sala da dôçu Depotaro di Cidadon Independente*

*di San Tomé qui Pispe. Punda kwá xi é mancê cabê leto Parlamento nón xi é nón sá ai cá cô ná lato sê pena. E têchi ano xié que kwana ano di outo patiru, nón tá ká vugu cá piá xi Depotaro cá xié. Pundá quatu ano memá, ngué táva ni situaçon xi é má nón sá nê Depotaro Felisberto. É na tinha sala wá. Uwa grupo parlamentar só twé costá pê boro pê taçon. Aié nón, má nón sán ngué Caué, ngué Kwandá, ngué Sulu, anté hoze nê uwa boro a ná lanjá pá pê nó wá. Un meçê putá: kuali quá má nó gi, anté ozé, nón sá mora xi má nón sá? Popi segurança letu cai é té uwa ngá pê taçon. Nón cá taçon mulu chikera, anti di subi bi liba nim n'ganxi di sala xi é. N' uwa ngá pá nón tá 10 minuto ou 1 hola loloso. Nó té grupo di Depotaro, ané mano nó di Caué, olá né cá bi, ané cá letxá, leto gabinete ané, ané ná cá liga nó wá. Nó doçu Depotaro sá nón, nón sá monja di 2 (doçu) ano, kági 3 (têchi) ano ni mora xié. Só un cá meçê putá: nón ná té direto wá? Alê nón cá fá, má turu Depotaro té memo direto, memo dever. Kwá é sá veré? Kwá é sá veré am? Aié, nón cá loké tó loké kuana (4) ano xi é, mora xi é, má nón letchá, mora xié má nón nancê. Letchá penaru, mora ná latu, magi nón ná sá ná latu wá. Nón çá cidadon ni Tia xié. Gi kwa pá nón tê lazon! Un fá kwá é, lêtu uwa ngá, popi lêtu Cái Sembleia xi é, um fá cé êlê zá: mundu cá dá vota mó lólózu. Ozé nón sá ni coredoro, nón sá ni chikera, cáji techi ano má non sá lêtu mulu ni chikera taçoru. É fatá uwa (1) ano qui njigui, paji kuana (4) ano. N'gá meçê putá cé dingui, si anen Depotaro qui xi é na sá zura non wá, pá nón xê ni lugué xi é má nón sá né wa. Nandito qui ça Pligidente di Conselho di Administraçon di Assembleia Nacional xi é, nê êle nê inen damó rê, ná ça gi kwá pá txiá nón ixi é ni situaçon má nón sá né wa. kwagi nara kuana (4) ano di Parlamento xi é, ngá fa ni quagi nara sechi (6) ano pundá Depotaro independente, olá má Felisberto tava nê, é nguenté êle sô. Aié nón ça doçu (2) que sá ni mora é. E mungu, munguiná, nguê xi ki cá bi letxá, cá ça mora é mé?»*

#### Tradução:

«Quando o Nandito foi indicado ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, aqui nesta Assembleia Nacional, nós, os Deputados de Caué, principalmente os do Movimento de Cidadãos Independentes, ficamos felizes. Pensamos que iria ser diferente, mas não. Já está a caminho de 3 anos que estamos aqui. Lembro-me que o próprio Presidente da Assembleia Nacional disse que não queria ver nenhum deputado em péssimas condições neste estabelecimento, que iria fazer de tudo para dignificar esta Casa e os Deputados. Isso não aconteceu até agora.

Quero dizer ao povo de São Tomé e Príncipe que nós, dois Deputados de Cidadãos Independentes, não temos um local próprio, uma sala. Quando recebemos o orçamento da Assembleia Nacional, ficamos sentados no muro das escadas, para analisarmos o documento, antes de irmos para a Sala de plenária. O que estamos a ver nesta Casa Parlamentar é que estamos como se fôssemos filhotes de rato, sem pelos.

Nestes quase 3 anos mais 4 da anterior legislatura, quem se encontrava nessa situação é o Deputado Felisberto Afonso, que na altura estava sozinho, mas um grupo parlamentar deu-lhe um canto para estar, enquanto a sessão não começasse.

Eu quero perguntar: o que fizemos para merecer isso? Os seguranças desta Casa têm um espaço para assentar. E nós? É porque somos Deputados de Caué? Deputados do Sul? Temos outros dois Deputados que também vêm de Caué como nós, mas têm seus grupos parlamentares e, quando chegam, cada um vai para a sua sala. Quero perguntar, não temos direitos? A nossa lei diz que todos os deputados têm os mesmos direitos e deveres. Será que é mesmo verdade? Vamos terminar os 4 anos da mesma maneira, sem pelo menos um espaço? Nós também somos cidadãos deste país! Façam algo para terem razão!

Eu já tinha feito este apelo aqui neste lugar e tinha dito que o mundo dá voltas como relógio. Nós estamos nos corredores todo esse tempo, só falta um ano e meio para completarmos o mandato, e outros colegas Deputados não fazem nada para nos ajudar, não são solidários connosco. O Senhor Nandito e os seus amigos não fizeram nada até hoje. Amanhã ou depois de amanhã, o deputado que não tiver um grupo parlamentar ficará na mesma situação?»

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sra. Deputada Belatriz Azevedo. Fez a sua intervenção numa das línguas crioulas são-tomense, alguns entenderam e outros não, mas devemos ter cuidado, porque a nossa língua de trabalho é o português. No entanto, tudo quanto disse poderá ter alguma razão, porque se trata de deputados eleitos, não há dúvidas, mas somos nós próprios que aprovámos o Regimento. O próprio Regimento é que impõe que qualquer grupo que não tiver pelo menos três deputados não constitui grupo parlamentar e não tem direito a sala. No entanto, temos estado a tentar encontrar um espaço, aliás encontramos, só que a sala que está disponível também não é a mais adequada, porque não tem janela. É uma sala que tem portas, mas não tem janela, embora tenha ar condicionado, e não é a mais aconselhável, por causa do tempo que iriam ficar naquele espaço. Isso até já foi comunicado também à Sra. Deputada Beatriz Azevedo, que é a única que temos disponível.

Quando for o momento de requalificação deste edifício, prevê-se o aproveitamento do terraço para construir mais salas e, provavelmente, haverá uma sala para todos os deputados independentes, independentemente de ser do Movimento de Cidadãos Independente ou de outro grupo de cidadãos qualquer, que conseguir eleger deputados, mas que não atinja o número suficiente para constituir um grupo parlamentar.

Quero apenas chamar atenção para não misturar as coisas, como se fosse que estamos a subestimar ou a prejudicar a Sra. Deputada, por ser do Sul. Não é nada disto! Não tem absolutamente nada a ver! É uma reclamação justa, compreensível, mas está dentro do quadro regimental.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Deputados independentes, embora tendo grupo parlamentar, somos deputados eleitos.

O Sr. **Presidente**: — É exactamente isso!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Mas desde daquela vez, até hoje, já deveriam ter tomado medidas, não como grupo parlamentar, mas sim como deputados eleitos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Não queremos gabinete! Queremos um espaço condigno, para quando chegarmos termos um banco para assentarmos.

O Sr. **Presidente**: — Naturalmente, nós já falamos sobre isto. Tanto mais que arranjamos um espaço, só que não é o mais adequado. No entanto, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, que também é de Caué, que percebe perfeitamente o crioulo que aqui usou, irá responder às suas preocupações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.

*Bia, kwá xi bô fá sá veré mé. Dezembo ê ndu dôçu ano má nsá mó Pisidente Conselho di Administraçon. Mé cu é ná pundá sá fatá vonté Pisidente wá. Sá conjuntura má sá cuê lêtu cai Sembleia é. Èle mandá nón meçê dji ôtô cai, ô dji requalificaçon di cai é.*

*San depotara tê lazon san. Xí Movimentu cá tê têxi ou quana depotaro, será nón goró moro dê mé pô dji uwá gabinete dá inén ná?*

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — *Antê ngá tê têchi?*

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — *Bô bê xi ê nan du têchi wá, é tê diretu um grupo parlamentar wuá.*

*Aplausos do ADI.*

Bom, vou fazer uma síntese, para aquele que não entendem.

*Murmúrios.*

O Sr. **Presidente**: — Isso é importante, mas não podemos transformar isso em um espectáculo. É bom que preservemos a nossa cultura e as nossas línguas crioulas. Portanto, isto é bonito e é importante. O Presidente do Conselho de Administração tem outra responsabilidade, respondeu à sua colega em língua crioula angolar e agora vai traduzir em português, para todos perceberem.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, resumindo, a reclamação da Deputada Bia é legítima. Do Movimento, como são apenas dois Deputados, não formam um grupo parlamentar. Por isso, não têm um gabinete, como tem sido a prática. Isso não quer dizer que a situação tem que prevalecer, não é o caso. Há mesmo carência de gabinetes nesta Casa Parlamentar.

Vou vos dar um exemplo, até podem não acreditar, mas com provas. O Conselho de Administração tinha um gabinete, criou-se o Parlamento Infantil, houve um momento que o PNUD fez uma oferta de um quite de materiais informáticos para o Parlamento Infanto-juvenil, havia problemas de gabinete e fomos forçados a ceder o gabinete do Conselho de Administração. E nós actualmente reunimos nas salas das comissões, onde se faz praticamente as reuniões das comissões. Não quer isso dizer que, pelo facto de o Conselho de Administração não ter um gabinete, os Deputados do Movimento ou qualquer tipo de Deputado fiquem à deriva. Isso realmente cria transtornos, dá muito má imagem e o próprio Deputado não consegue exercer com dignidade a sua função. Marcamos plenárias para às 9 horas, por vezes começa às 10 ou 11 horas, e se apanha um clima aí um pouco desconfortável.

Como disse o Sr. Presidente, arranjou-se um gabinete para um meio-termo, também não tem grandes condições, mas não estamos parados. Estamos a tentar a ver se conseguem arranjar um gabinete para o caso dos Deputados de Caué, que neste momento estão nessa situação que realmente é triste. Vamos todos envidar esforços para que isso não chegue ao terceiro ano assim como está. Eu acho que a curto prazo vamos arranjar uma solução, isso prometo-lhe, juntamente com o Sr. Presidente da Assembleia. Mas

isso não é pelo facto de ser Caué e estar a ser penalizada. Estou cá como Deputado de Caué, ninguém mais do que eu deveria dar maior atenção a Caué, não descriminando o Distrito.

Acho que respondi e muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado Sr. Deputado Mário Rainho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu quero aqui, em primeiro lugar, congratular-me com aquilo que o Sr. Deputado Felisberto disse, o Palácio dos Congressos está a precisar de requalificação. Daí que eu tentei perceber por quê que a Assembleia, ao elaborar o seu orçamento, não fala de receitas. Nós temos sinais de degradação. Aqui nesta sala, Anfiteatro, que é constantemente alugada e utilizada, as cadeiras estão todas arrebentadas. É gratuita essa utilização? Vai-se deixar degradar totalmente, para depois investir, porque se está à espera da verba de Orçamento Geral do Estado? A menos que façamos aos poucos, com aquilo que temos. Por isso que gostaria de perguntar ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, onde estão as receitas da Assembleia Nacional? O senhor não disse. Eu gostaria que o senhor me dissesse para 2021 qual é o volume das receitas estimadas para a Assembleia Nacional. Esta é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, se nós andarmos pela Assembleia toda, vamos encontrar muito lixo e sucata. Estamos a deixar essas sucatas degradarem-se cada vez mais, quando temos várias formas de alienar esses bens, através da asta pública, com a autorização do Património. O Conselho de Administração deve agir mais, levar esses bens a asta pública, para que consigamos obter pelo menos algum dinheiro para minimizar os problemas que temos. E é verdade, sou um dos Deputados que esperam que, em 2021, a questão de requalificação inicie. Se andarmos pela Assembleia, vamos encontrar uma sala de 4 m<sup>2</sup> com 8 ou 10 funcionários. Não é normal! Por isso, vamos utilizar os parcisos meios que temos correctamente, aplicando em lugares e sectores que achamos que realmente nos ajudem a resolver o problema.

E daqui eu lanço um apelo à Assembleia, vamos avaliar as despesas desta Sala de Anfiteatro da Assembleia, por aquilo que cobramos. Se for necessário aumentar o valor, vamos aumentá-lo! Não podemos estar a assistir à degradação, principalmente das cadeiras. Quando há um espectáculo aqui, no dia seguinte vem-se para esta sala, quatro ou cinco cadeiras estão destruídas e continuam durante o ano. Não há ninguém que venha cá, pelo menos com esse dinheiro que se cobrou, para reparar essas cadeiras.

Por isso que eu gostaria que o Conselho de Administração pudesse ver esta questão com olhos de ver, de forma a resolver, e não esperar só por aquilo que o OGE nos dá.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Mais intervenções, antes do Sr. Presidente do Conselho de Administração responder?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, eu trago para debate uma questão que tivemos a oportunidade de fazer referência, sabemos que há dificuldades na mobilização dos recursos, tem a ver com a questão da saúde dos Deputados. Muitas vezes temos aqui debates turbulentos e a tensão aumenta. Eu gostaria de saber até que ponto o Conselho de Administração pode, se calhar nos dias de debate, ter aqui um médico de serviço, porque daqui até o hospital pode acontecer muita coisa. Então, o primeiro socorro é importante. Muitas vezes estamos aqui com dificuldades mesmo, passamos aqui horas.

Gostaria de saber se o Conselho de Administração pode, dentro daquilo que é o orçamento, encontrar viabilidade para isto.

Eu pessoalmente hoje estou aflito, com um problema auditivo, tenho que esperar até ao fim da sessão para ir ao hospital.

O Sr. Presidente: — Mais alguma intervenção?

Eu fico particularmente muito satisfeito em saber que é chegado o momento que todos os Deputados estão preocupados com o edifício onde funciona o Órgão Assembleia Nacional, embora, paradoxalmente, nalgumas ocasiões, digam que quem manda em tudo é o Presidente da Assembleia. Se eu mandasse, teríamos o edifício novo construído, independentemente das críticas. Volto a repetir, se eu mandasse, teríamos o edifício novo, uma casa parlamentar construída, independentemente das críticas, porque eu reconheço que os Deputados da Nação merecem muito mais dignidade que aquilo que têm hoje. Estamos a falar de um edifício que foi construído nos anos 80 e a única intervenção, mais ou menos mediana, que teve foi em 2003. E se tivermos a ocasião, todos, e um dia se calhar vamos fazê-lo, mas não pode ser toda gente ao mesmo tempo, de visitar este edifício, sobretudo no primeiro piso, há muita gente aqui que não terá coragem de circular.

Quando decidimos pedir apoio aos nossos parceiros para construir uma sede própria adequada para o Órgão Assembleia Nacional, não era para ganhar protagonismo, muito menos para luxo. Sabíamos nós que há outras necessidades prioritárias, como é o caso do hospital, por exemplo, é o caso de escolas, liceus,

sim, mas não é competência da Assembleia Nacional ir à busca de parceiros para construir hospitais nem escolas. É nossa competência procurar meios para melhorar os nossos serviços. Não foi bem entendido, hoje perdemos esses apoios, nem temos o hospital, o que é mau, estamos todos agora a reagir. Nós como membros do Órgão de Soberania Assembleia Nacional não devemos reagir, devemos agir! Deputados são para agir! Eu espero que desta vez, que estamos a aprovar o orçamento com verbas atribuídas para uma reabilitação profunda desta Casa, combinadas com o OGE, não releguemos essa responsabilidade apenas para a Mesa da Assembleia e o Conselho de Administração. Nós todos, se a obra não arrancar, temos que chegar o momento e dizer ao Governo que queremos saber qual é o ponto de situação. Não é estar a reagir só! Temos que agir! É este o papel dos Deputados.

A Deputada Bia está a reagir e bem, com razão, mas fazer o quê? Alguns Deputados que já foram para o Gabinete do Presidente já tiveram a ocasião de ver o que está aí. Quando chove, não posso ir à casa de banho, chove por todos os cantos, e é o gabinete do Presidente que manda em tudo. Isso é uma vergonha pública! Por isso é que estou a dizer, se formos visitar o piso superior, muita gente não é capaz de ver se quer o que está lá em cima.

Quando o Deputado Felisberto diz que estamos sob uma armadilha, é verdade! É uma grande armadilha! Mas enfim, vamos ver se é desta vez que estaremos todos unidos em prol daquilo... só essas lâmpadas que estão qui todas enferrujadas, se uma delas cair por cima... pode cair a qualquer momento.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, o Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, algumas questões levantadas quanto a verbas arrecadadas pela Assembleia foram abordadas oralmente, mas estão explanadas no *Diário* distribuído às caras e caros Deputados. Volto a dizer que está no *Diário* n.º 13 desta 5.ª Sessão. Mas eu posso dizer que temos a questão de arrendamento das salas, previsão no valor de Dbs. 165 391 00. É um valor que poderia ser mais. Quando arrendamos espaços, há vários factores que nos fazem, por vezes, ceder a sala, em termos de colaboração e cooperação. Há instituições que por vozes nos dão ajuda, nos nossos financiamentos, que por vezes nos batem a porta para algumas actividades, e fazemos por vezes a custo zero. O Governo, por vezes, usa as salas, solicita alguns apoios. Então, não iremos cobrar o Governo. Portanto, é cedido de graça. Quem diz isso, diz grupo de jovens que querem fazer qualquer tipo de actividade musical ou coisas desse tipo, pedem alguma isenção, alguma redução de preço. Então, fazemos um preço praticamente simbólico. Por isso é que estipulamos um valor na ordem dos Dbs. 165 391 00. É essa a previsão para esse ano, mas, Srs. Deputados, estamos a correr riscos. Esta sala já não oferece condições para albergar muita gente. É um risco, por um lado.

Por outro lado, foi levantada a questão também de abate de viaturas, também está plasmado no orçamento. Se repararem bem na rubrica 11.5, temos um valor estipulado na ordem de 400 000 dobras. Portanto, estamos com dificuldades, é uma situação que já deveríamos ter resolvido durante este ano. Se formos ver o nosso parque automóvel, a Lei permite que todos os ex-presidentes têm direito a uma viatura da Assembleia. Se formos ver, praticamente nenhuma dessas viaturas está a circular. Uma parte está na oficina abandonada, outra está nas suas residências. E nós, o Conselho de Administração, temos dificuldades em recuperar essas viaturas, colocá-las aqui no parque e submetê-las a esta pública, para alienação.

Os ex-Presidentes exigem que para a saída dessas viaturas, embora estando elas imobilizadas, têm que ser substituída previamente por uma outra viatura, o que não temos condições actualmente para o fazer, por um lado.

Por outro lado, se formos ver as viaturas usadas pelos Presidentes das Comissões Especializadas, são viaturas que foram adquiridas, salvo erro, no ano de 2006. Essas viaturas têm nos causados uma série de prejuízos, no que diz respeito a manutenção e reparação, que pensamos aliená-las, mas os próprios Presidente das Comissões exigem outra viatura, para continuarem a desempenhar as suas funções. Por esta razão é que essas viaturas continuam ainda sem ser alienadas. Seja como for, está no nosso orçamento deste ano a previsão para substituir as viaturas.

Não sei se há mais questões por responder.

Caso de uma clínica, não diria clínica, mas sim um gabinete médico, vários contactos foram feitos. Numa das missões da Assembleia a Angola, fazia parte da comitiva o Secretário-geral da Assembleia, que encetou uma série de contactos com algumas entidades estrangeiras, acho que é prematuro usar o nome da representação diplomática que prometeu ajudar em todos aspectos, construção e apetrechamento com alguns equipamentos de ponta, para a nossa Assembleia. Isso continua ainda em fase de discussão, vamos ver se este ano conseguiremos implementar, como disse o Sr. Presidente.

Não sei se alguma questão ficou pendente.

O Sr. **Presidente**: — Uma outra questão que temos que ver, para além do orçamento, é a regulamentação do acesso, por estranho, a este edifício, sobretudo no período laboral. Aquilo que se cobra em termos de custo/benefício, nós ficamos sempre a perder, em termos de imagem. Em plena hora laboral, ambientes, barrulho, não se consegue trabalhar e no dia seguinte, quando se chega, o primeiro espelho é o lixo, cadeiras fora do lugar, garrafas, estamos a falar de dias laborais, de Segunda a Sexta.

Penso que o Conselho de Administração também deverá analisar se faz sentido. No fim-de-semana, claro, esta Casa precisa ser usada, mas durante os dias úteis e no período laboral temos de repensar se faz sentido estar a alugar este espaço, sobretudo o exterior. Mesmo nos fins-de-semana as pessoas que alugam têm de ter a responsabilidade de, assim que terminar a actividade, fazer uma limpeza adequada.

As Segundas-feiras, quando a gente entra aqui, dá vergonha. Se se vier acompanhado de um estrangeiro, é uma coisa bizarra, sem falar das casas de banho. E estamos no edifício que alberga o Órgão de Soberania Assembleia Nacional, que representa o povo de São Tomé e Príncipe.

Não havendo mais questões, vamos fazer a apresentação da proposta de resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, quero dizer aos Srs. Deputados que na vida política somos parceiros, não inimigos. Vínhamos pagando uma quota, por causa da Covid-19, por quê não continuarmos com essa quota, para procurarmos a solução para a nossa saúde? Poderíamos continuar com ela para solucionar a nossa saúde. Por exemplo, encontrar uma clínica em Lisboa, com quem podemos negociar, que possa favorecer os Deputados. Essa conta continuava, não queremos despesa com o Governo, apenas nós, os 55 Deputados. Mesmo que não venha para a Assembleia em 2022, mas deve contribuir para a nossa saúde.

Esta é uma proposta que deixo, podemos organizar isso.

O Sr. **Presidente**: — Está anotada a preocupação, depois iremos ver como implementar a sua proposta. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Passo à apresentação do projecto de resolução que aprova o orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2021.

«Preâmbulo.

A Assembleia Nacional, no uso da competência que lhe é atribuída no n.º 1 do artigo 17.º da Lei 4/2007, (Lei Orgânica da Assembleia Nacional), resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação do Orçamento.

É aprovado o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico de 2021, conforme os mapas n.ºs 1, 2, 3, 4 e os mapas de pessoal em anexo, que fazem parte integrante da presente resolução.

Artigo 2.º. Receitas.

As receitas são estimadas em 125.365.688,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras), sendo STD. 80.365.688,00 (oitenta milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras) correspondentes às receitas correntes e STD 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dobras) correspondentes às receitas de capital.

Artigo 3.º. Despesas.

As despesas são fixadas em 125.365.688,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras), sendo STD. 80.365.688,00 (oitenta milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito dobras) correspondentes às receitas correntes e STD 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dobras) correspondentes às despesas de capital.

Artigo 4.º. Duodécimo.

O duodécimo da Assembleia Nacional é de STD. 6.670.858,00 (seis milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e oito dobras), devendo o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, através da Direcção do Tesouro, transferir para o efeito.

Artigo 5.º. Senhas de Presença.

1. Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes e da Rede das Mulheres Parlamentares têm direito às senhas de presença por cada reunião, no valor de 800 dobras, não devendo ultrapassar duas Comissões Especializadas por cada deputado.

2. Por cada reunião extraordinária do Conselho de Administração, os seus membros têm direito às senhas de presença de igual valor aplicado nas Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional.

3. O número máximo de reuniões pagas mensalmente são seis por Comissão, excepcionalmente, em função do assunto, e o limite é de oito reuniões.

4. As senhas de presença são pagas mediante apresentação do relatório de presenças dos Deputados, devidamente assinado.

5. Para o efeito do n.º 4, o Departamento de Apoio ao Plenário e às Comissões remete ao Departamento de Gestão Financeira, até ao dia 14 de cada mês, o relatório acima referido.

Artigo 6.º. Faltas.

1. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas, com base nas disposições do Regimento da Assembleia Nacional e do Estatuto dos Deputados.

2. Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente a oitocentas dobras.

Artigo 7.º.Execução.

1. A execução do Orçamento da Assembleia Nacional é feita nos termos da Lei n.º 4/2007.

2. Os Organismos Autónomos tutelados pela Assembleia Nacional devem remeter a esta os mapas de execução trimestral, assim como os respectivos quadros de pessoal.

3. Os Serviços de Administração e Finanças da Assembleia Nacional acompanham e avaliam *in loco* os serviços dos Órgãos Autónomos da sua tutela.

Artigo 8.º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2021.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 7 de Janeiro de 2021.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

**O Sr. Presidente:** — Feita a apresentação do projecto de resolução que aprova o orçamento da Assembleia Nacional, gostaria de saber se há alguma reacção. Estamos a analisar na generalidade.

Não sendo o caso, passemos à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Vamos analisar na especialidade. Preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 1.º Aprovação do orçamento.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 2.º Receitas.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 3.º Despesas.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 5.º Senhas de presença.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santos.

**O Sr. Maiquel Espírito Santos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, onde diz: «senha de presença para Comissões Especializadas, Rede das Mulheres Parlamentares», gostaria que se colocasse também Rede dos Jovens Parlamentares.

Risos.

Sim, já criamos a Rede de Jovens, que pudéssemos também ter outra dinâmica neste aspecto.

**O Sr. Presidente:** — Proposta anotada.

Pediria ao Sr. Presidente do Conselho de Administração para pronunciar sobre a proposta que foi apresentada, se altera o tecto orçamental ou pode-se encontrar...

**O Sr. Mário Rainho (ADI):** — É uma questão pacífica. Pode ser inserida, mas temos que definir o número de reuniões. Acho que é uma questão que não tem grandes problemas.

**O Sr. Presidente:** — Proposta concreta, Sr. Deputado Maiquel. Acrescentar apenas no ponto 1? Portanto, não altera o tecto orçamental?

**Uma Voz:** — Não.

**O Sr. Presidente:** — Podemos acrescentar, é uma proposta de emenda.

Ponto 1: «Além da remuneração mensal, os membros das Comissões Especializadas Permanentes, Rede das Mulheres Parlamentares e Rede dos Jovens Parlamentares,... ».

Há uma proposta de emenda, passemos à votação do artigo 5.º com a emenda introduzida.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 6.º. Faltas.

Tem palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, a minha preocupação é no artigo 6.º, relacionado com as faltas. Gostaria de fazer um apelo à Rede das Mulheres Parlamentares, que tem por hábito realizar encontros no segundo período, 15, 16 horas, e sabemos que ainda não existe transporte disponível para os deputados se deslocarem, nem subsídio para os mesmos. Por isso, faço este apelo de forma que a Rede das Mulheres Parlamentares tome em consideração. Marcam encontros da Rede das Mulheres Parlamentares para o segundo período, vivemos distante, falo na qualidade de Deputada com residência em Angolares, venho para uma reunião da Rede das Mulheres Parlamentares às 15, 16 horas, não me perguntam como venho, como regresso à minha residência e, caso não venha, no segundo ponto do artigo 6.º diz que: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente a 400 dobras».

Venho aqui fazer este apelo para que, quando a Rede das Mulheres Parlamentares tiver que marcar encontro, que marquem para uma hora normal, de forma que e outras deputadas dos outros distritos também possamos estar presente no encontro.

Peço desculpa, mas o Sr. Deputado Eláckio não está atento aos pedidos de palavra por parte dos Sr. Deputados, porque estamos sempre a chamar. No 5.º ponto levantei as mãos várias vezes, porque queria fazer intervenção.

Por isso, peço à Mesa que não veja só para os Deputados que estão no Plenário, mas também para os Secretários, porque estão muito desatentos.

Aproveito já para fazer a intervenção que tem a ver com o subsídio de deslocação dos Deputados. Como havia dito, a Assembleia não disponibiliza transporte para a deslocação dos deputados que fazem parte das Comissões Especializadas, nem da Rede de Mulheres Parlamentares.

A senha de presença que é aqui colocada é para todos os deputados, mesmo aqueles que residem perto da Assembleia. Há necessidade de se colocar o subsídio de transporte para os deputados que vêm de táxi, do seu transporte próprio, mesmo se for água da EMAE é cobrada. Como é que os deputados vêm de Caué, Lembá, Lobata, chegam aqui sem subsídio de deslocação, só têm uma senha de presença igual para todos?

A minha proposta é que a senha de presença permaneça 600 dobras, de forma que 200 dobras fosse para a deslocação dos deputados a nível dos outros distritos.

O Sr. **Presidente**: — Há uma chamada de atenção e uma reclamação que já estava praticamente ultrapassada. Caberá à Presidente e Secretária da Rede das Mulheres ter em conta o período de marcação das reuniões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santos.

O Sr. **Maiquel Espírito Santos** (MLSTP/PSD): — Se reclamamos pelos direitos, logo temos que chamar atenção para as obrigações também. No segundo ponto diz: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares e do Conselho de Administração,...», logo, que se pudesse incluir também a Rede dos Jovens Parlamentares.

Se chamamos à responsabilidade para que se possa ter algum benefício, então chamar à responsabilidade para que as pessoas estejam nas reuniões e cumpram com as suas obrigações.

O Sr. **Presidente**: — Acrescentar no ponto 2 do artigo 6.º: «Cada falta cometida pelos membros das Comissões Especializadas Permanentes, da Rede das Mulheres Parlamentares, Rede dos Jovens Parlamentares e do Conselho de Administração, considerada injustificada, é descontada na remuneração mensal o valor correspondente a 800 dobras».

Mais alguma alteração?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — No meu documento está 400 dobras.

O Sr. **Presidente**: — São 800 dobras. O favor de corrigir.

Passemos à votação do artigo 6.º com alteração introduzida.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 7.º. Execução.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Artigo 8.º Entrada em vigor.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Votação final global do projecto de resolução que aprova o orçamento da Assembleia Nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 21 abstenção.*

Passemos de imediato ao ponto 5, votação final global da proposta de lei n.º 18 – Nova Lei da Televisão. Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, também queremos pedir a retirada deste ponto na ordem do dia, porque a Comissão tem estado a trabalhar com a Direcção da Televisão Santomense, também com o assessor que está na base da elaboração desta proposta de lei, mas ainda não conseguimos concluir os trabalhos. Na altura, quando nos pediram informações, estávamos convencidos de que poderíamos concluir, mas infelizmente ainda não concluímos a discussão e votação, na especialidade, desta proposta de lei.

O Sr. **Presidente**: — Está ultrapassado, vamos retirar a votação desta proposta.

Passemos ao ponto seguinte, que tem a ver com a prorrogação do prazo da Comissão Eventual. Peço ao Sr. Secretário para fazer a apresentação da proposta de resolução.

O Sr. **Secretário** (Adilson Managem): — Sr. Presidente, passo à apresentação do Projecto de Resolução n.º 78/XI/5.º/2021 – Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Eventual para Analisar e Apreciar todas as Contas Gerais do Estado (CGE) pendentes, bem como os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas instruídos sobre as mesmas.

Preâmbulo.

Tendo em conta que o prazo concedido para o funcionamento da Comissão Eventual para análise e apreciação de todas as Contas Gerais do Estado pendentes, criada através da Resolução n.º 97/XI/2020, de 10 de Novembro de 2020, não foi possível cumprir pelos motivos expostos a seguir;

Uma vez que a referida Comissão Eventual foi constituída num período de actividades especial do Parlamento, (análise das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado) e confrontou-se com a dificuldade dos expedientes necessários para a materialização de suas actividades, não permitindo deste modo que a mesma pudesse realizar as suas acções;

Havendo a necessidade de se concluir os trabalhos de análise e apreciação de todas as Contas Gerais do Estado pendentes, bem como os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas instruídos sobre as mesmas e assim cumprir com o estabelecido no artigo 61.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 12/2009, de 15 de Outubro, Lei SAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado).

Assim, a Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Prorrogação.

É prorrogado por um período de mais 60 dias o funcionamento da Comissão Eventual de Análise e Apreciação de todas as Contas Gerais do Estado pendentes, bem como os relatórios e pareceres do Tribunal de Contas instruídos sobre as mesmas, para concluir os trabalhos.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 5 de Janeiro de 2021.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação do projecto de resolução, estamos a analisar na generalidade. Alguma reacção?

Vamos submeter à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado com 52 votos a favor.*

Estamos a apreciar o preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 1.º Prorrogação. Alguma intervenção?

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Artigo 2.º Entrada em vigor.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votação final global.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Não havendo mais assuntos para hoje, esgotamos os pontos previstos para esta sessão plenária.

Gostaria de agradecer a presença de todos e a contribuição aqui havida, no decorrer dos nossos trabalhos. Quero despedir e convidar-vos, todos, a estarem à hora amanhã, para iniciarmos o debate na generalidade do OGE e das GOP.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 16 horas e 40 minutos.*